

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	6

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	12
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras informações relevantes	16

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	30
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	33
4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	35
4.7 - Outras contingências relevantes	36
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	37

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	38
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	39
5.3 - Descrição dos controles internos	40
5.4 - Alterações significativas	41
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	42

## 6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	43
6.3 - Breve histórico	44
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	46
6.6 - Outras informações relevantes	47

## 7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	48
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	50
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	54
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	55
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	56
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	57
7.8 - Políticas socioambientais	58
7.9 - Outras informações relevantes	59

## 8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	60
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	61
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	62
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	63

# Índice

## 9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	64
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	65
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	66
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	67
9.2 - Outras informações relevantes	68

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	69
10.2 - Resultado operacional e financeiro	73
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	76
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	77
10.5 - Políticas contábeis críticas	78
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	82
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	83
10.8 - Plano de Negócios	84
10.9 - Outros fatores com influência relevante	85

## 11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	86
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	87

## 12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	88
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	93
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	96
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	97
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	98
12.7/8 - Composição dos comitês	102
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	104

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	105
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	110
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	111
12.13 - Outras informações relevantes	112

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	113
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	116
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	125
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	128
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	129
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	130
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	131
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	133
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	136
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	137
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	138
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	139
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	140
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	141
13.16 - Outras informações relevantes	142

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	143
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	146

## Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	147
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	149
14.5 - Outras informações relevantes	150
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	151
15.3 - Distribuição de capital	153
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	154
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	155
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	156
15.7 - Principais operações societárias	157
15.8 - Outras informações relevantes	159
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	160
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	161
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	162
16.4 - Outras informações relevantes	163
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	164
17.2 - Aumentos do capital social	165
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	172
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	173
17.5 - Outras informações relevantes	174
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	175
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	176

## Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	177
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	178
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	179
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	180
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	181
18.8 - Títulos emitidos no exterior	182
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	183
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	184
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	185
18.12 - Outras informações relevantes	186
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	187
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	188
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	190
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	191
20.2 - Outras informações relevantes	192
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	193
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	194
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	195
21.4 - Outras informações relevantes	196

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Alexandre Tadao Amoroso Suguita**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**José Carlos Reis de Magalhães Neto**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

## 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviram o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

## 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviram o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0002-00
<b>Período de prestação de serviço</b>	16/02/2009 a 28/01/2014
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 143,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
<b>Justificativa da substituição</b>	Procedimento interno da empresa de auditoria
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve discordância

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Jubran Pereira Pinto Coelho	01/01/2011 a 28/01/2014	881.663.096-53	R. Dr. Paes de Barros, 33, 19 andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: jpcoelho@kpmg.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/04/2014
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria completa das demonstrações financeiras contábeis da Companhia e de suas controladas
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes relativa exercício social corrente será de R\$ 156,0 mil reais e refere-se somente a serviços de auditoria, uma vez que não foram prestados serviços de outra natureza.
<b>Justificativa da substituição</b>	Rotatividade obrigatória prevista em regulação vigente
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não houve discordância

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Luis Teixeira Santos	01/04/2014	042.802.187-57	Rua Alexandre Dumas, 1981, -, Chacara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51866686, e-mail: marceloteixeira@deloitte.com

### 2.3 - Outras informações relevantes

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não recebeu nenhuma ressalva dos auditores independentes.

Em 2013, a única ênfase recebida pela Companhia pelos auditores independentes foi:

*“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tarpon Investimentos S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

Além disso, não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 2 deste Formulário de Referência.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>	<b>Exercício social (31/12/2014)</b>	<b>Exercício social (31/12/2013)</b>
Patrimônio Líquido	62.315.034,68	47.616.768,71	71.132.000,00
Ativo Total	70.155.340,89	70.155.340,89	92.161.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	75.250.908,16	72.970.573,55	129.568.000,00
Resultado Bruto	76.921.878,33	75.432.994,53	132.800.000,00
Resultado Líquido	19.192.980,54	13.768.404,21	74.040.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	46.039.992	46.554.947	46.288.258
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,353498	1,022808	1,540000
Resultado Básico por Ação	1,354980	1,022808	1,540000
Resultado Diluído por Ação	0,42	0,29	0,24

### **3.2 - Medições não contábeis**

Não são adotadas pela Companhia medições não contábeis para a avaliação de sua situação financeira.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não houve nota de Eventos Subsequentes nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	2013	2014	2015
Regras sobre retenção de lucros	(a) 5% (cinco por cento) dos lucros deverão ser destinados para a reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de 5% anteriormente mencionada; do saldo remanescente, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de reserva de contingências e eventual reversão dessa reserva, nos termos da legislação em vigor; (b) até 10% (dez por cento) do saldo remanescente após o pagamento dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, poderão ser destinados para Reserva de Investimento com finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, sem prejuízo do disposto no artigo 196 da Lei das S.A.; e (c) o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.		
Valores de retenção de lucros	R\$ 98.809,74 para reserva legal; e R\$ 7.810.000,00 para cancelamento de ações.	R\$ 79.111,66 para reserva legal; e R\$ 7.934.241,05 para cancelamento de ações.	R\$5.619,02 para reserva legal; e R\$ 5.570.756,92 para cancelamento de ações.
Regras sobre distribuição de dividendos	Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.		
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve.	Não houve.	Não houve.

### **3.4 - Política de destinação dos resultados**

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	19.192.980,54	13.768.404,21	74.040.104,83
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	24,992336	99,425412	89,320000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	6,743483	19,244914	93,000000
Dividendo distribuído total	4.796.774,14	13.689.292,55	66.131.295,19
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária	2.832.817,51	20/08/2015	2.488.242,45	07/08/2014	20.000.000,00	05/08/2013
Ordinária	1.963.956,63	21/03/2016				
Ordinária			11.201.050,10	23/03/2015		
Ordinária					46.131.295,19	12/03/2014

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos 3 exercícios sociais.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2015</b>	11.266.255,78	Índice de Endividamento	18,08000000	

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2015)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		11.266.255,78	0,00	0,00	0,00	11.266.255,78
<b>Total</b>			11.266.255,78	0,00	0,00	0,00	11.266.255,78
<b>Observação</b>							

### 3.9 - Outras informações relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida da companhia era composta por (em Reais mil):

- (i) **contas a pagar**, referente a valores devidos a fornecedores no valor de R\$1.436,80 a pagar;
- (ii) **obrigações tributárias**, no valor de R\$2.881,00, as quais foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (iii) **obrigações trabalhistas e despesa de pessoal**, no valor de R\$1.912,36, as quais já foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (iv) **obrigações societárias**, no valor de R\$ 1.979,37, as quais já foram integralmente quitadas na data de apresentação da Versão 1 do Formulário de Referência relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- (v) **instrumentos financeiros (derivativos)**, no valor de R\$ 3.056,73, relativos aos contratos de troca de resultados de fluxo financeiros futuros mantidos pela Companhia (contratos de *swap*).

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### a) Fatores de Risco relacionados ao Emissor

#### *I. A natureza dos negócios e atividades da Companhia traz riscos significativos ao investimento nas Ações*

A Companhia (definição que inclui a Emissora e as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente) gere determinados fundos, veículos e carteiras de investimentos (“Fundos”). Os portfólios dos Fundos são compostos quase exclusivamente por ações de companhias abertas e fechadas, isto é, por ativos de renda variável, observando-se uma estratégia de significativa concentração. Se ocorrer uma queda no valor das ações de uma ou mais companhias que compõem os portfólios dos Fundos, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das ações emitidas pela Companhia (“Ações”) serão adversa e significativamente impactados.

Os Fundos estão sujeitos a resgates conforme previsto nos respectivos regulamentos. A decisão pode estar baseada na percepção individual dos investidores sobre o cenário macroeconômico atual ou futuro, as perspectivas de crescimento de economias emergentes de maneira geral, e do Brasil em particular, e sobre as condutas dos administradores e empregados da Companhia, dentre outros motivos que não estão sob controle da Companhia. Tal resgate diminuirá o montante de ativos sob gestão dos Fundos e, conseqüentemente, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações.

#### *II. Os resultados positivos dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.*

O resultado histórico das atividades da Companhia não é indicativo dos resultados futuros da Companhia ou de quaisquer retornos esperados do investimento nas Ações.

Os retornos apresentados pelos Fundos são relevantes somente como uma indicação das taxas auferidas historicamente com a gestão dos Fundos. Os resultados históricos e os potenciais resultados futuros dos Fundos podem não resultar na valorização das Ações.

Entretanto, um resultado desfavorável dos Fundos poderá causar uma diminuição substancial nas receitas provenientes dos honorários relativos a taxas recebidas com base nesses Fundos e, dessa maneira, causar um efeito adverso no desempenho da Companhia e nos investimentos nas Ações.

Ademais, no que diz respeito aos resultados históricos dos Fundos, deve-se destacar que:

- (i) tais resultados não devem ser considerados como indicação de resultados futuros dos Fundos, nem de qualquer fundo ou carteira que a Companhia possa gerir no futuro;
- (ii) as taxas de retorno em investimentos de *private equity*, calculadas com base nos ativos ilíquidos dos investimentos dos respectivos fundos, refletem ganhos não realizados e que podem não vir a se realizar; e
- (iii) os resultados dos Fundos refletem oportunidades de investimento e condições gerais de mercado que podem não estar presentes no futuro, não havendo qualquer garantia de que os Fundos atuais ou futuros

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

serão capazes de beneficiar-se de oportunidades de investimento rentáveis da mesma maneira que foram no passado.

**III. A Companhia é altamente dependente de certos membros de sua administração e a perda de qualquer desses indivíduos pode afetar adversamente sua capacidade de implementar sua estratégia de negócios e de continuar a crescer.**

A Companhia depende significativamente do comprometimento e da capacidade dos seus administradores e gestores para a implementação da sua estratégia, incluindo a identificação de potenciais investimentos, a seleção, a estruturação e consumação dos investimentos feitos pelos Fundos em ações de companhias abertas e fechadas, o acompanhamento do desempenho de seu portfólio e a definição do momento apropriado para o desinvestimento. A Companhia é uma prestadora de serviços especializados, e não tem ativos significativos. A prestação de tais serviços depende da contratação e retenção de uma equipe de administradores e empregados de primeira linha, bem como de seu alinhamento de longo prazo com os resultados da Companhia. Se a Companhia não conseguir contratar, reter e alinhar administradores e empregados com os resultados da Companhia, os resultados dos Fundos, o montante de ativos sob gestão dos Fundos, os honorários auferidos pela Companhia relacionados com a administração e gestão de tais fundos e o preço das Ações serão adversa e significativamente impactados.

Os principais Fundos sob gestão da Companhia contém uma cláusula de “pessoa-chave” (*key-man event*) segundo a qual caso executivos chave não dediquem parcela substancial de seu tempo de trabalho ao fundo os seus investidores poderão resgatar antecipadamente o investimento e extinguir o fundo.

Além disso, a Companhia depende de outros membros da sua administração e de suas redes de relacionamento para desempenhar suas atividades. A perda de qualquer dessas pessoas pode causar um efeito adverso à Companhia. A Companhia acredita que poderá vir a ser necessário atrair e contratar profissionais qualificados do ramo de investimentos para implementar satisfatoriamente sua estratégia. Contudo, a Companhia pode não ter sucesso em recrutar novos talentos e em reter os atuais, uma vez que o mercado de profissionais qualificados nesta área é bastante competitivo. Esforços que visem a reter ou atrair profissionais podem, além disso, significar custos adicionais, que podem afetar adversamente a Companhia. Se a Companhia perder qualquer um de seus administradores ou gestores, existirá também o risco de resgates dos Fundos e de a Companhia não conseguir gerar novas oportunidades de negócios.

A perda destes profissionais teria um efeito adverso sobre os seus resultados, inclusive com relação à sua capacidade de atrair investidores e levantar novos Fundos e a performance dos Fundos. A Companhia não tem seguro de vida do qual poderia receber indenização no caso de morte ou incapacidade de quaisquer dessas “pessoas-chave”.

**IV. As receitas e lucratividade da Companhia poderão variar, o que poderá dificultar o crescimento estável dos seus lucros a cada trimestre e provocar a volatilidade do preço de mercado das Ações.**

Os Fundos experimentam considerável variação nas receitas e lucros durante o ano e de um ano para outro, devido a flutuações nos valores líquidos dos investimentos em ativos negociados em bolsa de valores, ao desempenho dos portfólios em relação aos respectivos parâmetros de desempenho (*benchmarks*). O recebimento (e o momento de recebimento) dos honorários relativos a taxas de performance que provêm dos investimentos de *private equity* dependem de eventos esporádicos e altamente variáveis, uma vez que dependem da realização desses investimentos e posterior desinvestimento dos mesmos. Não se pode prever se, ou quando, ocorrerá a realização dos investimentos ou desinvestimento de *private equity*.

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

A Companhia recebe honorários referentes a taxas de performance coletadas com base no desempenho dos Fundos. Por isso, se os valores de mercado de quaisquer das companhias dos portfólios geridos forem reduzidos nas datas de apuração, mesmo que apenas temporariamente, as receitas relacionadas a honorários relativos a taxas de performance que a Companhia receberá serão reduzidas.

Todos os Fundos estão sujeitos a *high water marks*, segundo os quais a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance por um determinado período, mesmo que o respectivo Fundo tenha obtido retornos positivos nesse período, se o fundo tiver incorrido perdas maiores em períodos anteriores. Portanto, se um fundo sofrer perdas em um período, a Companhia não receberá honorários relacionados a taxas de performance daquele fundo até que se ultrapasse a *high water mark* anterior. Essas flutuações das receitas e lucros da Companhia poderão levar a uma considerável volatilidade dos preços das Ações.

***V. A má-conduta dos funcionários e a percepção insubstanciada de uma má conduta dos funcionários por parte dos quotistas poderá prejudicar a Companhia, reduzir a sua capacidade de atrair e manter a gestão dos Fundos e sujeitar a Companhia a considerável responsabilidade civil, a investigações dos órgãos reguladores e a danos significativos à sua reputação. Esse tipo de conduta é de difícil verificação e prevenção.***

A Companhia é vulnerável à má percepção do mercado, uma vez que opera em um setor no qual a integridade e confiança de seus clientes e investidores dos Fundos são cruciais. A boa reputação da Companhia é essencial à manutenção e ao desenvolvimento de relações com potenciais e atuais clientes e terceiros com os quais a Companhia realiza seus negócios. Nos últimos anos, testemunhou-se no mercado financeiro mundial uma série de casos de grande repercussão envolvendo fraudes, conflitos de interesse ou outras formas de má-conduta envolvendo profissionais da área. Os funcionários da Companhia podem incorrer em atividades de má-conduta (ou os quotistas dos Fundos e acionistas da Companhia poderiam supor que tais condutas ocorreram, mesmo sem provas) o que afetaria adversamente os negócios da Companhia. Se, por exemplo, um dos seus funcionários praticasse atividades ilícitas ou suspeitas, a Companhia poderia não só estar sujeita a sanções regulatórias, mas também ter sua reputação, situação financeira e relacionamento com os investidores/clientes seriamente abalados como consequência da correspondente percepção negativa, afetando a capacidade de atrair recursos para os Fundos. Nem sempre é possível impedir a má-conduta de um funcionário ou uma alegação infundada de má-conduta, visto que as medidas de prevenção implementadas pela Companhia poderão ser ineficazes.

***VI. Um fraco desempenho dos Fundos causaria uma queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia e afetaria adversamente a capacidade da Companhia de captar recursos para fundos ou carteiras futuras.***

Os resultados operacionais da Companhia dependem do desempenho dos Fundos. Considerando que as receitas da Companhia estão relacionados com os resultados obtidos pela a gestão e desempenho dos Fundos, o fraco desempenho desses fundos resultará em redução dos honorários a que a Companhia faz jus e, conseqüentemente, das receitas, além de dificultar a manutenção ou atração de novos Fundos e o crescimento dos negócios da Companhia. As receitas da Companhia estão relacionadas, sobretudo, a duas fontes: (i) honorário referentes a taxas de gestão, com base no volume de ativos dos Fundos; e (ii) honorários referentes a taxas de performance, obtidas com base no desempenho dos Fundos. Se qualquer desses Fundos tiver um fraco desempenho, as receitas e resultados operacionais da Companhia se reduzirão.

***VII. A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento do capital social. A obtenção de recursos por esse meio poderá diluir a participação dos acionistas na Companhia.***

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

A Companhia pode necessitar de recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de obter financiamento em termos atraentes para a Companhia. Caso a Companhia não consiga obter recursos adequados para atender às suas exigências de capital, poderá ser obrigada a aumentar o seu capital social. Além disso, a Companhia poderá optar por buscar recursos adicionais, caso acredite que tais recursos sejam obtidos em condições favoráveis. Captações adicionais podem ser obtidas por meio de aumentos de capital, que podem levar à diluição da participação dos acionistas da Companhia.

***VIII. Os titulares de Ações podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber um valor inferior ao dividendo mínimo obrigatório.***

O estatuto social da Companhia prevê que a Companhia deve pagar aos seus acionistas um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado anual da Companhia, calculado e ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Porém, em determinadas circunstâncias, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou poderá distribuí-los em valor inferior ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Por exemplo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia pode recomendar o não pagamento de dividendos, caso acredite que o tal pagamento seja inconsistente com a situação financeira da companhia naquela data. Portanto, os titulares de Ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio nessas circunstâncias ou poderão receber dividendos em valores inferiores ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

#### **b) Fatores de Risco relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***I. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses do investidor.***

Os acionistas controladores da Companhia podem, dentre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, sujeitos a certas exceções, deliberar sobre qualquer assunto que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, sociedades e o montante e período de pagamento de dividendos futuros. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão diferir daqueles dos acionistas não controladores.

#### **c) Fatores de Risco relacionados aos acionistas da Companhia**

***I - A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e ocasião que desejam.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Mercados de negociação líquidos e ativos geralmente acarretam menor volatilidade de preços e maior eficiência na execução de ordens de compra e venda de pessoas que não tenham nenhuma relação com a emissora. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem as Ações pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das Ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderão prejudicar o valor de negociação das Ações.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### d) Fatores de Risco relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Os fatores de risco da Companhia, descritos acima, incluem os fatores de risco de suas subsidiárias, conforme aplicável.

### e) Fatores de Risco relacionados aos fornecedores da Companhia

Conforme apontado anteriormente, a Companhia depende basicamente das pessoas que contrata como administradores e empregados, não havendo um fornecedor específico responsável única e exclusivamente para o bom andamento das operações envolvendo a Companhia.

No entanto, a Companhia depende de uma série de fornecedores, tais como organizações bancárias, de compensação e liquidação, sociedades prestadoras de serviços de telefonia, provedores de serviço em linha direta, processadores de dados e vendedores de software e hardware com relação a elementos dos seus sistemas de registro e negociação, bem como outros sistemas e o suporte e a manutenção correlatos. Não há como assegurar que qualquer desses prestadores de serviços conseguirá continuar a prestar tais serviços de modo eficiente ou que os mesmos conseguirão expandir os seus serviços adequadamente de modo a satisfazer nossas necessidades. A interrupção ou a cessação da prestação de serviços relevantes por terceiros e a nossa incapacidade de realizar ajustes alternativos tempestivamente ou de realizar tais serviços podem ter efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

### f) Fatores de Risco relacionados aos clientes da Companhia

***I. Os investidores dos Fundos poderão resgatar seus investimentos a qualquer momento, o que poderá levar a uma redução das receitas da Companhia e afetá-la adversamente.***

Os investidores de uma parte dos Fundos podem, de modo geral, resgatar a totalidade ou parte de seus investimentos de tais Fundos a cada mês ou a cada trimestre, dependendo do Fundo gerido. Os investidores poderão decidir transferir seus recursos dos Fundos para outros investimentos por inúmeras razões, além de um desempenho insatisfatório dos Fundos. Entre os fatores que poderão resultar na saída de investidores dos Fundos, estão sua própria percepção sobre o ambiente de investimentos global e no Brasil, mudanças nas taxas de juros que tornem outros investimentos mais atraentes, alterações na percepção do investidor quanto ao foco do gestor, descontentamento com alterações ou ampliações da estratégia de investimentos do Fundo, perdas ou alteração das responsabilidades de profissionais-chave na área de investimentos, e mudanças na regulamentação e legislação. Num mercado financeiro em queda, o ritmo dos resgates e a consequente redução dos ativos sob gestão da Companhia poderá se acelerar significativamente. A redução das receitas da Companhia que resultaria de resgates significativos dos Fundos teria um efeito adverso sobre o valor total sob gestão da Companhia, e consequentemente sobre as receitas da mesma. Além disso, a Companhia pode ser prejudicada por perdas dos negócios com seus principais clientes e investidores.

***II. Grande parte das receitas da Companhia provém dos contratos relacionados com a gestão dos Fundos, que poderão ser rescindidos antecipadamente.***

Os termos dos contratos que regem os Fundos normalmente conferem aos investidores o direito de terminar o relacionamento da Companhia com esses Fundos, em circunstâncias específicas. Se os contratos de gestão forem rescindidos antecipadamente, a Companhia será afetada adversamente.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os documentos constitutivos dos principais fundos sob gestão da Companhia geralmente concedem aos investidores o direito de destituir seus respectivos *managing members* (sócios gerentes) em diversas circunstâncias. Na hipótese de destituição de um *managing member*, o outro *managing member* eleito poderá optar por não manter a Companhia como responsável pela gestão dos respectivos fundos, fazendo com que esta perca o direito de receber os honorários que compõem a receita da Companhia.

### g) Fatores de Risco relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

#### I. O setor de gestão de recursos é altamente competitivo.

O porte e o número dos fundos de ações e fundos de *private equity* vêm crescendo há vários anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Se esta tendência se mantiver, é possível que seja cada vez mais difícil para os Fundos captarem recursos. Acima de tudo, a alocação de volumes cada vez maiores de capital em estratégias de investimentos alternativas, por investidores institucionais e individuais, poderá levar a uma redução das oportunidades de investimento lucrativas, devido, dentre outros fatores, à elevação dos preços dos investimentos ou a uma maior dificuldade de obtenção dos retornos desejados. Além disso, se as taxas de juros aumentarem, a atratividade dos Fundos em comparação com investimentos em outros produtos poderá diminuir.

A concorrência por alocação de recursos de investidores depende de diversos fatores, entre os quais:

- (i) o desempenho do investimento;
- (ii) a percepção do investidor quanto aos esforços, ao foco e ao alinhamento de interesses dos gestores do investimento;
- (iii) a qualidade dos serviços prestados aos investidores e a duração do relacionamento com eles;
- (iv) a reputação no mercado; e
- (v) o valor das dos honorários relativos às taxas cobradas pelos serviços.

A Companhia compete em todos os aspectos do setor de gestão de recursos com um grande número de gestores de recursos e fundos de *private equity*, *hedge funds* e outras instituições financeiras. Alguns desses concorrentes possuem mais visibilidade no mercado e maior acesso ao capital. Além disso, alguns fatores contribuem para elevar os riscos competitivos da Companhia:

- (i) os investidores poderão demonstrar preocupação de que a Companhia poderia priorizar o crescimento de um negócio em detrimento de seu desempenho;
- (ii) são relativamente poucas as barreiras à entrada de novos gestores de recursos e fundos de *private equity* e *hedge funds* no mercado, e os esforços bem-sucedidos dos novos participantes nas diversas linhas de atuação da Companhia – como ex-gestores de carteira de destaque vindos de instituições financeiras diversificadas e de grande porte (bem como essas próprias instituições) ou companhias estrangeiras tradicionalmente não voltadas ao Brasil ou à América Latina – continuarão resultando em maior concorrência;
- (iii) outros participantes do setor poderão tentar recrutar os melhores e mais destacados profissionais de investimento da Companhia;

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

- (iv) o número de oportunidades de investimento no mercado acionários brasileiro é relativamente pequeno comparado a outros mercados desenvolvidos. Isso pode resultar em concorrência por oportunidades e correlação com portfólios de nossos concorrentes.

Esses e outros fatores poderão afetar adversamente a Companhia. Além disso, se a Companhia for obrigada a competir por investidores com outros gestores alternativos de investimentos em termos de preço, a Companhia pode não ser capaz de manter suas estruturas atuais de honorários relacionados aos honorários relativos a taxas de gestão e performance. Há um risco de redução das taxas do setor de gestão de investimentos, independente do desempenho histórico do gestor. O ambiente de mercado competitivo poderá elevar a pressão sobre as taxas que a Companhia pode cobrar de seus investidores. Uma redução das taxas dos fundos existentes ou futuros, sem reduções correspondentes na estrutura de custos da Companhia, poderá afetar os lucros obtidos pela Companhia de modo adverso.

***II. Como gestora dos Fundos, a Companhia estará sujeita ao risco de litígios judiciais com terceiros, o que poderá resultar em perdas consideráveis e em danos à sua reputação, que poderão afetar adversamente a Companhia.***

De modo geral, a Companhia está exposta ao risco de litígios judiciais com seus clientes se for alegado que a Companhia violou o regulamento ou contratos de gestão dos Fundos, por ter agido de forma dolosa ou com culpa grave ainda que de maneira infundada. Os investidores poderão acionar a Companhia para recuperar os valores perdidos pelos Fundos em razão de alegada má-conduta. Os litígios judiciais envolvendo o setor de serviços financeiros são cada vez mais frequentes, e qualquer litígio suscitado no futuro poderá afetar adversamente a Companhia. Investidores têm a sua própria percepção quanto às condutas, e a Companhia não tem controle sobre tal percepção. A título de exemplo, a Companhia, os Fundos e alguns dos funcionários da Companhia estão expostos ao risco de litígio relativos às atividades de investimento nos Fundos e às medidas tomadas pelos diretores e membros dos conselhos de administração das companhias pertencentes ao portfólio dos Fundos geridos pela Companhia (na medida em que a Companhia tiver indicado tais pessoas), como o risco de ações movidas por outros acionistas das companhias de capital aberto em que os Fundos têm investimentos significativos. Em tais litígios, a Companhia seria obrigada a suportar as despesas judiciais, as despesas de acordo e outras, o que poderia superar o valor da cobertura de seguro disponível. Se a Companhia for obrigada a arcar total ou parcialmente com as despesas de ações judiciais ou de investigações em decorrência de insuficiência de seguro ou do insucesso em obter indenização dos Fundos, a Companhia poderá ser afetada adversamente. A existência de qualquer litígio, mesmo que defendido com sucesso, pode prejudicar os negócios e impedir a entrada de novos investidores ou resultar em resgates significativos nos Fundos.

***III. Uma flutuação nos mercados de ações poderá resultar em redução do valor dos ativos geridos pela Companhia.***

Flutuações nos mercados de ações, e particularmente nas ações negociadas na BM&FBOVESPA, poderão resultar em redução dos preços das ações e do valor dos ativos que se encontram sob gestão da Companhia. Essas reduções ou volatilidade do valor dos ativos poderão, se ocorrerem, afetar adversamente a Companhia, inclusive pela redução dos honorários relacionados a taxas de gestão e taxas de performance, as quais se baseiam, respectivamente, nos ativos líquidos e no desempenho dos Fundos, de modo que uma queda do valor dos ativos sob gestão da Companhia e/ou uma redução, por qualquer motivo, dos honorários devidos poderão afetar adversamente a Companhia.

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

#### ***IV. Os Fundos investem principalmente em ações de companhias brasileiras, o que poderá envolver incertezas e riscos cambiais, políticos, sociais e econômicos.***

Os Fundos atualmente investem a maior parte dos seus ativos em ações de companhias brasileiras. Além das incertezas comerciais, esses investimentos poderão ser afetados por mudanças cambiais, bem como por incertezas políticas, sociais ou econômicas que afetarem um país ou região. O mercado financeiro brasileiro pode apresentar liquidez e alta volatilidade dos preços.

#### ***V. Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral.***

Por sua própria natureza, os negócios da Companhia não produzem resultados financeiros previsíveis. Embora a Companhia tenha obtido um crescimento dos seus ativos sob gestão nos últimos anos, refletindo uma conjuntura comercial e de investimentos favoráveis e um aumento da atividade dos mercados de capitais, uma mudança adversa dessas condições de mercado poderá afetar adversamente a Companhia e, portanto, suas Ações.

Os negócios da Companhia são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros globais e pelas condições econômicas em geral e essas condições podem mudar de forma repentina e radical. A Companhia e, portanto, suas Ações, já foram afetadas adversamente, e poderão ser afetadas adversamente no futuro, por condições econômicas e de mercado desfavoráveis ou incertas, as quais podem ser causadas pela eclosão de conflitos armados ou outros fatores de instabilidade geopolítica, pela queda da confiança dos empresários, pelo aumento da inflação, por escândalos empresariais, políticos ou outros escândalos que reduzam a confiança dos investidores nos mercados de capitais, por desastres naturais ou pandemias ou por uma combinação desses ou de outros fatores.

#### ***VI. Os Fundos poderão ser afetados adversamente, por diversos fatores, incluindo condições adversas de mercado, dentre elas, a redução do valor ou do desempenho dos investimentos feitos por esses Fundos e a redução da capacidade dos Fundos de captar ou alocar recursos, o que poderá reduzir consideravelmente as receitas e resultados operacionais da Companhia.***

Se as condições econômicas globais forem desfavoráveis, os Fundos poderão não apresentar bom desempenho e a Companhia poderá não ser capaz de captar recursos para os Fundos existentes ou futuros. Os Fundos são consideravelmente afetados pelas condições dos mercados financeiros do Brasil e do mundo e pelas condições da economia brasileira e global.

Além disso, os Fundos estão sujeitos também aos riscos associados aos mercados emergentes. Os mercados e as circunstâncias econômicas do Brasil e/ou do mundo poderão se deteriorar em razão de vários fatores alheios ao controle da Companhia, como alta das taxas de juros ou de inflação, terrorismo ou incertezas políticas. Além disso, condições de mercado ou econômicas adversas, bem como uma retração nas atividades do setor específico em que operam as sociedades investidas desses Fundos, poderão ter um efeito negativo sobre os lucros de tais sociedades. A Companhia também poderá enfrentar uma redução das oportunidades de vender os investimentos de *private equity* dos Fundos e de obter o respectivo valor, além de falta de oportunidades adequadas de investimentos para os Fundos, o que poderá ter um efeito negativo sobre os lucros da Companhia. Uma retração geral do mercado ou deslocamento de um mercado específico poderá provocar queda nas receitas e resultados operacionais da Companhia causando: uma redução dos ativos líquidos sob gestão, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de gestão; uma redução dos retornos dos investimentos, o que reduzirá os honorários relacionados com taxas de performance e ainda, poderá resultar em resgates pelos investidores.

## **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

### **h) Fatores de Risco relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua**

#### ***I. Alterações na regulamentação do setor de gestão de recursos podem impactar adversamente os negócios da Companhia.***

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A CVM é responsável pela edição de novas normas, bem como pela fiscalização do setor de gestão de recursos no Brasil. O mercado de gestão de recursos é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing. A Companhia não tem como prever se futuras alterações na regulamentação pela CVM e/ou pela ANBIMA terão um efeito material adverso no seu negócio. Além disso, crises no mercado e o significativo aumento do capital alocado para estratégias alternativas de investimento durante os últimos anos resultaram em uma maior fiscalização governamental e auto-regulamentação do setor de gestão de investimentos, a qual não pode ser prevista pela Companhia.

Adicionalmente, as perturbações do mercado e do aumento significativo do capital alocado para estratégias de investimento alternativo durante os últimos anos têm levado a um aumento no controle governamental, bem como o controle de auto-regulação da indústria de fundos ao redor do mundo. Como exemplo, determinada legislação que propõe uma maior regulação da indústria de fundos em países como os Estados Unidos da América, Canadá e Europa, regiões, onde se localizam os principais investidores dos Fundos geridos pela Companhia. Qualquer regulamentação nesse sentido poderia ter um impacto material adverso sobre os Fundos e a Companhia.

#### ***II. Mudanças na legislação tributária brasileira poderão afetar adversamente o tratamento fiscal favorável dos Fundos.***

Os Fundos estrangeiros podem deter, direta ou indiretamente, os investimentos em companhias abertas brasileiras por meio do mecanismo de investimento estrangeiro, estabelecido através da Resolução CMN 2.689. Os ganhos de capital, oriundos da venda desses investimentos por esses Fundos estrangeiros estão atualmente isentos de retenção de imposto de renda no Brasil, desde que as vendas ocorram na BM&FBOVESPA e que o beneficiário não esteja localizado em paraíso fiscal. A Companhia não pode garantir que essa isenção será mantida. Caso os Fundos estrangeiros tenham que pagar imposto de renda retido na fonte sobre a alienação de investimentos detidos pelos Fundos estrangeiros no Brasil a rentabilidade líquida de tais Fundos poderá ser afetada.

Além disso, o governo brasileiro pode aumentar as taxas existentes ou impor novos impostos aplicáveis aos Fundos.

#### ***III. Mudanças na regulação de Companhias Abertas e Mercado de Capitais.***

No Brasil, as companhias estão sob regulação forte e permanente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que emite Instruções a serem seguidas e Determinações em casos de infração às Instruções. Alterações a estas podem ser feitas, causando efeitos adversos na Companhia, impossibilitando ou dificultando, por exemplo, que determinada atividade chave da Companhia seja executada.

Adicionalmente, por ser a Companhia uma companhia aberta com valores negociados na BM&FBovespa e listados no segmento de governança corporativa do “Novo Mercado”, a Companhia está vinculada e submetida

## **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Tal documento contém condutas a serem adotadas pela Companhia para garantir as melhores práticas de governança corporativa. Alterações nesta regulamentação podem afetar adversamente a Companhia.

### ***IV. Mudanças na regulação de fundos de investimentos e carteiras de valores mobiliários.***

No Brasil, os fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários são produtos oferecidos no mercado financeiro e altamente regulados pela CVM e também pela BM&FBovespa no caso dos clubes de investimento.

Por ser atividade principal da Companhia a gestão de Fundos, a Companhia fica suscetível a mudanças na regulação destes produtos, podendo gerar efeitos adversos na estratégia de investimento adotada pela Companhia no exercício de suas atividades de gestão.

Tais efeitos podem ocasionar uma diminuição na rentabilidade dos fundos fazendo com que a Companhia perca clientes que podem não mais enxergar os Fundos como bons veículos de investimentos, gerando assim uma diminuição no volume total sob gestão da Companhia e consequente diminuição nas receitas da mesma. Além disso, a possibilidade de diminuição da rentabilidade dos Fundos pode ocasionar uma diminuição da receita percebida pela Companhia a título de taxa de performance dos fundos.

### **i) Fatores de Risco relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua**

A Companhia pode estar sujeita à regulação adicional nos países estrangeiros em que tem atuação, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e tal regulação poderá ter impacto relevante na Companhia, inclusive envolvendo custos para o devido cumprimento de referida regulação ou restrições às atividades desenvolvidas pela Companhia.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

### *I. As condições políticas e econômicas brasileiras poderiam afetar adversamente a Companhia.*

A Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças nas políticas ou regulamentação brasileiras, sejam elas implementadas a nível federal, estadual ou municipal, envolvendo tarifas públicas e controle cambial, bem como outros fatores como inflação, taxas de juros, liquidez dos mercados financeiros e de valores mobiliários brasileiros, política fiscal e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

A economia brasileira é caracterizada por frequentes e ocasionais intervenções extensivas do Governo Federal e também pela ocorrência de ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal frequentemente altera as políticas monetárias, fiscais, de crédito, tarifárias e outras políticas para controlar o curso da economia do país. Por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, frequentemente implicam no controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, imposição de controles cambiais e limitação às importações. A Companhia não tem controle sobre, e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá ser adversamente afetada pelos seguintes fatores, dentre outros:

- (i) inflação;
- (ii) variações na taxa de câmbio;
- (iii) controles cambiais (inclusive restrições sobre a remessa de dividendos);
- (iv) taxas de juros;
- (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- (vi) expansão ou contração da economia brasileira;
- (vii) instabilidade dos preços;
- (viii) níveis de renda e emprego;
- (ix) políticas fiscais;
- (x) instabilidade social e política; e
- (xi) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou o afetem.

A incerteza sobre a implementação pelo Governo Federal de alterações relevantes e eficazes nas políticas ou regulamentações em relação a esses ou outros fatores no futuro, e os acontecimentos resultantes de crises políticas poderão contribuir para a incerteza em relação à economia brasileira e a alta volatilidade do mercado brasileiro de ações e das ações emitidas pelas companhias brasileiras no exterior. Essas incertezas, alterações e crises políticas poderão afetar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de gerar caixa.

## **4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado**

### ***II. A instabilidade cambial pode afetar adversamente a Companhia.***

Periodicamente, é percebido no Brasil flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

A desvalorização do real em relação ao dólar, por exemplo, pode resultar em menor acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar intervenção do governo, inclusive políticas governamentais recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar, por exemplo, pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil e da balança de pagamentos. Qualquer item acima poderia afetar adversamente a Companhia.

### ***III. Aumentos nas taxas de juros podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.***

As altas taxas de juros tiveram no passado efeitos negativos sobre a economia brasileira e podem afetar os negócios da Companhia. Apesar da recente queda nas taxas de juros, a taxa básica de juros do Brasil, conforme determinada pelo Banco Central, foi mantida a níveis constantemente elevados nos últimos anos. Os aumentos das taxas de juros podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.

### ***IV. A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.***

O Brasil vivenciou altas taxas de inflação no passado. Certas medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação frequentemente incluíram a manutenção de uma rígida política monetária com altas taxas de juros, o que por sua vez restringe a disponibilidade de crédito e reduz o crescimento econômico. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, e contribuíram de maneira significativa para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil apresente altos índices de inflação no futuro, os custos e despesas da Companhia poderão aumentar, o que poderá reduzir as margens de lucro e lucro líquido da Companhia. Pressões inflacionárias também podem levar a uma maior intervenção do governo brasileiro na economia, inclusive a adoção de políticas que afetam adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, e conseqüentemente, os negócios da Companhia.

### ***V. Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países podem ter um impacto adverso sobre o mercado de valores mobiliários brasileiros, inclusive as Ações.***

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países. Embora as condições econômicas possam diferir em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar à volatilidade dos mercados de capitais de outros países. A economia brasileira é também afetada por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente os acontecimentos nos Estados Unidos, tais como a atual volatilidade nos mercados financeiros e de capitais e a crise financeira. Os preços das ações negociadas na BM&FBOVESPA, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Esses fatores podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado das Ações e

## **4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado**

poderá dificultar o acesso ao mercado de valores mobiliários e ao financiamento de suas atividades no futuro, em termos aceitáveis, ou podem impedir que a Companhia receba algum tipo de financiamento.

Além disso, com a variação no valor das ações, os Fundos geridos pela Companhia podem apresentar desempenho abaixo do esperado por alguns investidores, ou até mesmo negativo, ocasionando eventuais pedidos de resgates, diminuindo o montante total de recursos sob gestão da Companhia, e conseqüentemente sua receita. Ainda, com esse desempenho aquém do esperado, a receita proveniente da cobrança de taxa de performance poderá ser reduzida.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Estamos sujeitos a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, decorrentes do curso normal de nossas atividades.

#### Processos de natureza cível:

Não existem processos cíveis de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

#### Processos de natureza trabalhista:

Não existem processos trabalhistas de relevância ou riscos relevantes para o negócio da Companhia.

#### Processos de natureza tributária e fiscal:

Atualmente a Companhia figura no pólo passivo dos seguintes procedimentos administrativos:

<b>Processo Administrativo nº 16327.720281/2014-81</b>	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.692.687,95
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a contribuições previdenciárias supostamente incidentes sobre plano de opções de compra de ações da Companhia. A fiscalização considerou que o plano teria natureza parcialmente remuneratória, ensejando a incidência de contribuições previdenciárias
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Processo Administrativo nº 16327.720283/2014-71</b>	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.724.856,41
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a supostos débitos de contribuições previdenciárias relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

<b>Processo Administrativo nº 16327.720284/2014-15</b>	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.845.131,62
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a multa regulamentar
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

**4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

<b>Processo Administrativo nº 16327.720285/2014-60</b>	
a. Juízo	Secretaria Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativa
c. Data de Instauração	Auto de infração lavrado em: 10/04/2014
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Receita Federal do Brasil
	Pólo Passivo: Tarpon Investimentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.061.072,88
f. Principais fatos	As exigências fiscais fazem referência a supostos débitos de IRPJ relacionados ao pagamento de participação nos lucros e resultados a determinados empregados da Companhia nos anos calendário de 2009 a 2011.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor original atualizado do débito acrescido de multa
i. Valor provisionado	Não há

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou, até onde é do conhecimento da Companhia, dos acionistas da Companhia.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não possuíam processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estivessem sob sigilo e que em conjunto fossem relevantes.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

A Companhia e suas subsidiárias não estão envolvidas em outras contingências relevantes.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Item não aplicável.

A Emissora é uma companhia brasileira e não tem valores mobiliários negociados em outros países que não seja o Brasil.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1. a Companhia informa que, com a aprovação da Diretoria, mantém políticas formalizadas de gerenciamento de riscos referentes às seguintes matérias:

- a. **Código de Conduta e Ética:** regras de conduta referentes a conflito de interesses, sigilo, entre outras.
- b. **Procedimentos Operacionais e Compliance:** estabelece procedimentos e políticas relacionados a atividades de gestão de recursos de terceiros, incluindo, dentre outros, políticas de precificação e alocação de ativos dos Fundos; procedimentos de *compliance* referentes a negociação de ativos em mercados organizados em nome dos Fundos; procedimentos de *know-your-client* e prevenção à lavagem de dinheiro.
- c. **Política Anti-corrupção:** estabelece políticas referentes à prevenção e combate à corrupção.

Em relação à estrutura organizacional, o controle é feito internamente por diversas áreas da Companhia, que conta ainda com um comitê de assessoramento específico para monitorar os riscos que envolver o mercado e a Companhia.

Em 9 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a adequação do Comitê de Auditoria da Companhia às normativas indicadas na Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, qualificando o referido comitê como um Comitê de Auditoria Estatutário. Tal comitê, que recebe o nome de Comitê de Auditoria e *Compliance*, tem função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.2. a Companhia informa que, com a aprovação da Diretoria, mantém políticas formalizadas de gerenciamento de riscos referentes às seguintes matérias:

- a. **Código de Conduta e Ética:** regras de conduta referentes a conflito de interesses, sigilo, entre outras.
- b. **Procedimentos Operacionais e Compliance:** estabelece procedimentos e políticas relacionados a atividades de gestão de recursos de terceiros, incluindo, dentre outros, políticas de precificação e alocação de ativos dos Fundos; procedimentos de *compliance* referentes a negociação de ativos em mercados organizados em nome dos Fundos; procedimentos de *know-your-client* e prevenção à lavagem de dinheiro.
- c. **Política Anti-corrupção:** estabelece políticas referentes à prevenção e combate à corrupção.

Em relação à estrutura organizacional, o controle é feito internamente por diversas áreas da Companhia, que conta ainda com um comitê de assessoramento específico para monitorar os riscos que envolver o mercado e a Companhia.

Em 9 de março de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a adequação do Comitê de Auditoria da Companhia às normativas indicadas na Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, qualificando o referido comitê como um Comitê de Auditoria Estatutário. Tal comitê, que recebe o nome de Comitê de Auditoria e *Compliance*, tem função consultiva com escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias, bem como dos riscos que envolvem o mercado.

### 5.3 - Descrição dos controles internos

Para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a Companhia conta com um time de especialistas da área financeira para a preparação das demonstrações financeiras; que são validadas por um comitê estatutário de auditoria, que denominamos Comitê de Auditoria e *Compliance*; auditadas por auditor independente nos termos da regulação vigente e por fim aprovadas pelo conselho de administração da companhia. As demonstrações financeiras são submetidas também à apreciação do conselho fiscal, quando este estiver em funcionamento.

Os controles internos são realizados pela área financeira da Companhia, sob a chefia de um gerente financeiro que responde diretamente à diretoria, e sua eficiência é supervisionada pelos órgãos indicados anteriormente.

Nos relatórios circunstanciados, preparados e encaminhados ao emissor pelo auditor independente não há nenhuma deficiência ou recomendação relevantes a ser endereçadas.

#### **5.4 - Alterações significativas**

O fraco desempenho financeiro dos Fundos no curto prazo poderá continuar a impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia e aumentar a exposição da Companhia a riscos relacionados a clientes. Tais exposições a riscos poderão ser agravadas caso as condições gerais de mercado continuem a se deteriorar.

**5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Apesar da aprovação de celebração de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*swap*) pelo Conselho de Administração da Companhia, tais operações não configuram estratégia ou instrumento de proteção patrimonial.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	19/07/2002
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade por ações em dezembro de 2003.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	21/05/2009

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade de participações (holding), que realiza suas operações de gestão de fundos e carteira de investimento e assessoramento financeiro por meio de suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) possuía aproximadamente R\$ 9,6 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de serviços relacionados à gestão de Fundos, a Companhia é remunerada por honorários de serviços referentes a taxas de gestão, com base no volume financeiro dos Fundos, e honorários relacionados com taxas de performance, em função da rentabilidade dos Fundos.

A Companhia oferece flexibilidade de investimento que combina investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil. Há ainda a possibilidade de realizar investimentos em outros países como Estados Unidos da América, Europa e países da América Latina. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades, o que (a) permite à Companhia dedicar tempo e recursos significativos na análise e acompanhamento das sociedades do portfólio, e (b) aumenta a capacidade de interação com os acionistas controladores e administradores e participação, se necessário, na governança das sociedades visando à proteção do investimento da Companhia, de acordo com a legislação aplicável;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Em junho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque (TISA NY Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Em 28 de março de 2012, a Companhia adquiriu ações da Tarpon All Equities (Cayman) Ltd. Por fim, em 25 de abril de 2012 a companhia constituiu a Tarpon Gestora de Recursos S.A (“Tarpon Gestora”), cujo propósito é atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a reorganização societária interna pela qual as atividades de administração de recursos de terceiros da Companhia passaram a ser exercidas pela Tarpon Gestora e a Companhia passou a atuar exclusivamente como uma sociedade de participações (*holding*). O objetivo de tal reorganização foi concentrar as atividades de administração de recursos de terceiros em uma única entidade, conciliando as exigências regulatórias das diversas jurisdições em que operam a Companhia e suas subsidiárias, incluindo a TISA NY Inc., subsidiária integral da Companhia nos Estados Unidos da América.

A reorganização foi efetivada por meio da transferência para a Tarpon Gestora de determinados ativos de titularidade da Companhia associados às atividades de administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2012, a Tarpon Gestora obteve da CVM autorização para o exercício da atividade de administração de carteira

### **6.3 - Breve histórico**

de valores mobiliários, sendo que iniciou a prestação de serviços de gestão dos Fundos a partir de 1º de setembro de 2012.

## **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem, do item 6 deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Fundada em 2002, a Companhia (cuja definição inclui suas subsidiárias, exceto quando o contexto indicar diversamente) é uma gestora de recursos próprios e de terceiros, brasileira, independente, dedicada a investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) com objetivo de viabilizar, no longo prazo, retornos absolutos superiores à média de mercado. Desde 31 de agosto de 2012, a atividade de gestão de recursos da Companhia passou a ser desempenhada pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“TGR”). A partir deste evento, a Emissora passou a ser uma empresa de participações (holding), realizando suas atividades operacionais por meio de suas subsidiárias.

A Companhia tem como estratégia perseguir oportunidades de investimento normalmente não acompanhadas pelo mercado, cujos preços a Companhia acredita que estejam abaixo de seu valor intrínseco e com potencial significativo de valorização no longo prazo.

A Companhia busca ter um papel ativo em cada uma das companhias investidas, buscando compartilhar conhecimento em áreas como alocação de capital, estratégia empresarial, governança corporativa, entre outras.

O objetivo da Companhia é gerar resultados absolutos descorrelacionados (*alpha*) acima da média de mercado no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía aproximadamente R\$9,6 bilhões em ativos sob gestão.

Pela prestação de seu serviço de gestão de recursos, a Companhia recebe honorários relacionados a taxas de gestão com base no volume financeiro dos Fundos e honorários relacionados a taxas de performance em função da rentabilidade dos Fundos.

Os Fundos sob gestão da Companhia realizam investimentos em companhias abertas e fechadas (*private equity*) no Brasil, havendo a possibilidade de realizar investimentos em outros países, como EUA, Europa e países latino-americanos. Os Fundos investem de forma seletiva, utilizando uma estratégia de investimento baseada nos seguintes princípios fundamentais:

- (i) foco no valor intrínseco de cada companhia na qual os Fundos investem (abordagem bottom-up), independentemente do setor;
- (ii) perspectiva de longo prazo, buscando maximizar o ganho potencial de cada investimento, ao invés de ganhos no curto prazo derivados de negociações (trading) significativas;
- (iii) concentração de investimentos em um pequeno número de sociedades;
- (iv) estratégia de investimento de “contramão”, conforme a qual os Fundos investem em oportunidades subestimadas por outros investidores; e
- (v) disciplina no processo de investimento, com foco no perfil de risco/retorno de cada potencial sociedade investida.

Além da TGR, a Companhia tem como subsidiárias integrais a TISA NY Inc. (“TISA NY”) e o Tarpon All Equities (Cayman), Ltd. (“TAE Cayman”).

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A TISA NY foi criada em julho de 2011 e tem sede na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América, tendo como propósito a prestação de serviços de assessoria financeira e estreitamento dos relacionamentos com investidores estrangeiros.

O TAE Cayman, empresa sediada em Cayman, tornou-se uma subsidiária integral da Companhia em março de 2012 e atua como *general partner* (sócio gerente) de determinados fundos de investimentos estrangeiros.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia conduz a atividade de investimentos por meio de duas principais estratégias:

#### **Fundos de Portfólio** (investimento em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de investimento em fundos de portfólio compreende os fundos que investem em companhias abertas cujas ações são listadas e negociadas em bolsa bem como empresas não listadas.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$6,8 bilhões

Em 31 de dezembro de 2014, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$8,6 bilhões

Em 31 de dezembro de 2013, o total de ativos sob gestão dos fundos de portfólio totalizava R\$8,2 bilhões

#### **Estratégia e Co-Investimento** (investimentos em bolsa e em *private equity*)

A estratégia de co-investimento compreende os vínculos que têm por objetivo investir em oportunidades específicas em conjunto com os demais fundos de portfólio sob gestão da Companhia, tanto nas estratégias de bolsa quanto nas de *private-equity*.

Nessa estratégia, a Companhia busca investidores para oportunidades de co-investimento em empresas onde os fundos de portfólio já têm a exposição que consideramos ideal. Esta estratégia de fundos de investimentos permite à Companhia aumentar a exposição dos Fundos a determinadas empresas.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 2,8 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2014, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 2,0 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de ativos sob gestão dos fundos de co-investimento totalizava R\$ 0,6 bilhões.

### b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

As receitas operacionais são compostas por remuneração pelos serviços prestados aos Fundos, referentes a taxas de administração – fluxo de receitas recorrente, calculado com base no montante do patrimônio líquido dos Fundos – e a taxas de performance – fluxo de receitas de maior volatilidade, calculado com base na performance auferida pelos Fundos.

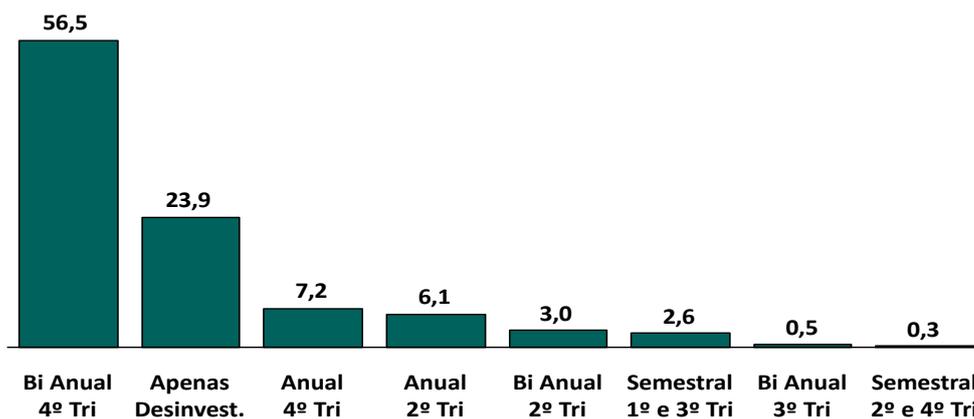
As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Desse modo, os ativos sob gestão da Companhia passam a ser assim distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:

**Distribuição da Cobrança de Performance**

(% AuM)



<b>Participação dos honorários relacionados taxas de administração e performance na receita líquida</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Receita com honorários relacionados a taxas de administração	59%	100%	100%
Receita com honorários relacionados a taxas de <i>performance</i>	41%	0%	0%

### c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão dos Fundos e Carteiras Administradas) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### a) Características do processo de produção

Por ser a principal atividade da Companhia a gestão de recursos próprios e de terceiros por meio de Fundos, a único processo de produção a ser divulgado pela Companhia é a sua forma de analisar e realizar investimentos com seus ativos sob gestão.

O processo a seguir descrito é utilizado tanto para os investimentos feitos em companhias abertas como em companhias fechadas (*private equity*).

O processo de investimento é liderado pela equipe interna da Companhia, frequentemente em conjunto com assessores em questões legais, contábeis e outros assessores externos que forem necessários. O processo, em geral, é composto de quatro principais fases: análise de oportunidades, tese de investimento, aprovação do investimento e monitoramento.

Fase Um – Análise de Oportunidades. Na fase inicial do seu processo de investimento, em geral, a Companhia realiza avaliação de cada oportunidade de investimento, que é focada no valor intrínseco de cada ativo. Após uma empresa ser selecionada, uma análise econômico-financeira preliminar é conduzida.

Fase Dois – Tese de Investimento. A segunda etapa do processo de investimento da Companhia é a preparação de uma tese de investimento. Nessa fase, em geral, a Companhia realiza uma ampla revisão de seu mercado e setor, uma análise de suas vantagens competitivas, uma avaliação de sua atual administração juntamente com potenciais fontes de nova liderança, uma revisão das demonstrações financeiras, uma revisão técnica das atividades da empresa, quando apropriado. Para os investimentos de *private equity* dos Fundos, a Companhia também realiza auditoria.

Fase Três – Aprovação do Investimento. A etapa final do processo de investimento da Companhia é a aprovação do investimento, onde a equipe que elaborou a tese de investimento a apresenta para o seu comitê de investimento. Toda a equipe de gestão da Companhia participa da apresentação e do debate que o analista promove quando os novos investimentos são propostos.

Fase Quatro – Monitoramento. Uma vez realizado o investimento a Companhia passa a acompanhar os investimentos.

#### b) Características do processo de distribuição

A Companhia busca atrair e reter uma base sofisticada de investidores, alinhados com sua filosofia de investimentos e com perfil de investimento de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a base de investidores institucionais, como fundos de universidades (*endowments*), fundações, fundos de pensão e fundos soberanos, correspondia a 63% do nosso AuM. O capital investido de por executivos e empregados da Companhia representava 8% do nosso AuM.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### c) Características do mercado de atuação

##### (i) Participação no mercado de atuação

O setor de gestão de recursos no Brasil é altamente pulverizado. A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos.

##### (ii) Competição no mercado de gestão de recursos

A Companhia concorre com um grande número de instituições financeiras e gestoras de investimentos que, em alguns casos, têm valores muito maiores de ativos sob gestão ou oferecem uma variedade mais diversificada de produtos financeiros. Em alguns casos, a Companhia espera buscar oportunidades de investimento em cooperação com um ou mais de seus concorrentes.

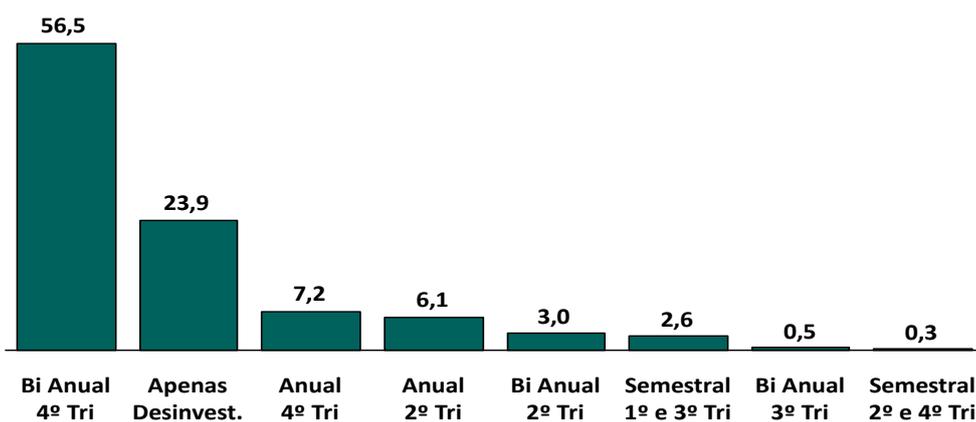
#### d) Sazonalidade

As receitas provenientes de taxa de administração são auferidas em periodicidade mensal ou trimestral, enquanto as receitas provenientes de taxa de performance podem ser auferidas em periodicidade semestral, anual ou bianual, conforme os termos do regulamento do Fundo em questão.

Com base em 31 de março de 2016, os ativos sob gestão da Companhia são distribuídos por período de cobrança de taxas de performance da seguinte forma:

##### Distribuição da Cobrança de Performance

(% AuM)



#### e) Principais insumos e matérias primas

Não aplicável. A atividade de gestão de recursos feita pela Companhia não necessita de insumos e matérias primas específicas.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

No exercício social de 2015, a Companhia contou com dois clientes responsáveis por montante superior a 10% de sua receita no respectivo exercício.

Um deles pagou à Companhia R\$9.639.402,27, equivalente a 12,81% da receita líquida da Companhia; e outro pagou R\$14.574.393,94, equivalente a 19,37% da receita líquida da Companhia.

## **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

### **a) Necessidade de autorização governamental para o exercício das atividades da Companhia e relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

O setor de gestão de recursos é altamente regulamentado no Brasil. A Companhia é registrada perante a CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras.

O mercado de gestão de recursos também é, assim como o de fundos de investimento, auto-regulado pela ANBIMA, que determina regras adicionais e políticas que devem ser observadas por seus membros, especialmente em relação às atividades de marketing.

### **b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, esta não apresenta política ambiental, tampouco incorreu em custos relacionados ao cumprimento da regulação ambiental.

### **c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia depositou perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial o pedido de registro das marcas “Tarpon Investimentos”, “TISA”, “Tarpon All Equities” “Tarpon Capital”, “Tarpon Asset Management” e “Tarpon Internet”. A Companhia também solicitou o registro de certos domínios, tais como “tarponinvestimentos.com.br”, “tarponinvest.com.br”, “tisa.com.br”, “tarponinvestimentos.com”, dentre outros.

## **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

### **a) Receita proveniente dos clientes atribuída ao país de sede da Companhia e sua participação na receita líquida**

Em 2013, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 110.698.153,08, representando 85,4% da receita líquida da Companhia.

Em 2014, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 56.954.722,72, representando 78,1% da receita líquida da Companhia.

Em 2015, as receitas auferidas pela Companhia foram atribuídas ao Brasil no montante de R\$ 63.489.559,73, representando 82,5% da receita líquida da Companhia.

### **b) Receita proveniente dos clientes atribuída a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida**

Em 2013, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$ 22.102.032,91 representando 17,1% da receita líquida da Companhia.

Em 2014, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$ 16.016.302,50 representando 21,9% da receita líquida da Companhia.

Em 2015, as receitas auferidas pela Companhia que foram atribuídas aos Estados Unidos da América, país que sedia a subsidiária TISA NY, Inc., somaram R\$13.432.318,60, representando 17,5% da receita líquida da Companhia.

### **c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida**

Em 2013, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$104.916.294,00, representando 81,0% da receita líquida da Companhia.

Em 2014, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$61.638.798,70, representando 84,5% da receita líquida da Companhia.

Em 2015, a receita total proveniente de países estrangeiros foi de R\$65.930.672,95, representando 85,7% da receita líquida da Companhia.

## 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia reporta à *Securities and Exchange Commission* (SEC), agência regulatória do mercado de valores mobiliários norte americano, como *exempt reporting advisor*. Tal regulação não gera efeitos relevantes sobre os negócios da Companhia.

## **7.8 - Políticas socioambientais**

A Companhia não contém relações de longo prazo relevantes além das descritas em outras partes deste Formulário de Referência.

A Companhia não publica o Relatório de Sustentabilidade em razão de entender que as práticas adotadas pela Companhia nesse sentido não podem ser caracterizadas como relações de longo prazo relevantes.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 7 deste Formulário de Referência.

## **8.1 - Negócios extraordinários**

Nos últimos três exercícios sociais não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

## **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Nos últimos três exercícios sociais não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Nos últimos três exercícios sociais não foram celebrados contratos relevantes entre o emissor e suas controladas que não foram diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

**8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 8 deste Formulário de Referência.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionados a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores significativos em seu ativo não circulante relacionado a imobilizado. Os saldos relacionados a imobilizado são compostos principalmente por computadores e ativos relacionados à tecnologia de informação, que servem como suporte ao desenvolvimento das atividades cotidianas da Companhia.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrada em seu ativo.



## **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 9 deste Formulário de Referência.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **10.1. Comentários dos Diretores sobre:**

#### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais;**

Os fundos de investimentos sob gestão da Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Companhia, investem em companhias abertas e fechadas.

Em 2015, o cenário econômico e político brasileiro apresentou forte deterioração. O governo foi incapaz de implementar os ajustes fiscais necessários e a confiança econômica seguiu em queda, impactando a atividade. De acordo com a pesquisa Focus do BC, o PIB de 2015 apresentará retração de -3.78% e a expectativa é de queda de -3.00% em 2016. Ainda, a pressão inflacionária foi intensificada, o IPCA subiu 10,67% em comparação com o ano anterior, muito acima do centro da meta, apesar do BC ter subido a taxa Selic de 11,75% para 14,25% ao longo do ano. O país também perdeu o selo de “*Investment Grade*” das agências de risco S&P e Fitch e o dólar foi de R\$2,66 para R\$3,96 até o final do ano, uma valorização de quase 50% ante o Real, o que contribuiu para agravar a inflação. Do lado político, a crise também se agravou, especialmente com o enfraquecimento dos partidos aliados ao governo após o início da Operação Lava Jato e das diversas investigações de corrupção, assim como o pedido de *impeachment* da presidente Dilma.

No ano de 2015, o Ibovespa, principal indicador do desempenho das ações das companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa, caiu -13.31% quando comparado com o ano anterior. Neste mesmo período, os índices norte-americanos S&P 500 e Dow Jones caíram -0.73% e -2.23%, respectivamente. O índice europeu Stoxx 600 subiu +6.79%.

#### **b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;**

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2013, 2014 e 2015), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

#### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;**

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2015, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

#### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;**

#### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão de carteiras e fundos de investimentos (“Fundos Tarpon”).

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;**

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e**

Nos últimos três exercícios sociais (2013, 2014 e 2015), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

### *Ativo*

*Ativo não circulante:* Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante totalizou R\$1,1 milhão representando uma queda de 13% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período. Em 31 de dezembro de 2014, o ativo não circulante totalizou R\$1,3 milhões, representando uma queda de 23% quando comparado com o ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período. Em 31 de dezembro de 2013, o ativo não circulante totalizou R\$1,6 milhões, representando uma queda de 17% quando comparado com o ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período.

*Contas a receber:* Em 31 de dezembro de 2015, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 739 mil, uma queda de 41% quando comparado com o mesmo período de 2014. Tal queda é justificada pelo fato dos fundos sob gestão da Companhia terem liquidado as faturas emitidas pela Companhia antes do período de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2014, o contas a receber da Companhia totalizou R\$1,3 milhões, uma queda de 96% quando comparado com o mesmo período de 2013. Tal queda refere-se substancialmente ao fato de a Tarpon recolher montante de taxa de performance em dezembro de 2014 inferior àquele observado em 2013. Desta forma, devido a menor taxa de performance, o contas a receber no balanço em 2014 ficou inferior ao de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o contas a receber da Companhia totalizou R\$38,4 milhões, um aumento de 144% quando comparado com o mesmo período de 2012. Tal aumento refere-se substancialmente ao desempenho positivo dos Fundos Tarpon, gerando honorários relativos às taxa de performance pagos pelos referidos Fundos Tarpon.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

*Ativos financeiros a valor de mercado:* Em 31 de dezembro de 2015, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 23 milhões, apresentando um crescimento de 49% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é oriunda de aplicações realizadas em operações compromissadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$15,6 milhões, apresentando uma queda de 11,6% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$17,9 milhões, apresentando uma queda de 48% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é justificada pela utilização dos ativos financeiros para pagamento de passivos tributários da Companhia ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

*Disponibilidades:* Em 31 de dezembro de 2015, as disponibilidades totalizaram R\$ 35 milhões, um aumento de 8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Tal aumento é decorrente, principalmente, da variação cambial sobre o caixa disponível na subsidiária TISA NY Inc.. Em 31 de dezembro de 2014, as disponibilidades totalizaram R\$32,3 milhões, um aumento de 83% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação se deve ao caixa acumulado no período e disponível na subsidiária TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2013, as disponibilidades totalizaram R\$17,6 milhões, um aumento de 431% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação se deve ao caixa acumulado no período e disponível na subsidiária TISA NY Inc.

*Outros ativos:* Em 31 de dezembro de 2015, a conta de outros ativos totalizou R\$ 6 milhões, um aumento de 89% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada principalmente, pelas despesas pagas pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., a serem ressarcidos pelos fundos de investimentos geridos e pelo pagamento antecipado de impostos federais. Em 31 de dezembro de 2014, a conta de outros ativos totalizou R\$19,7 milhões, um aumento de 19% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada pelo aumento nos pagamentos antecipados de tributos federais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a conta de outros ativos totalizou R\$16,6 milhões, uma queda de 28% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada pela diminuição nos pagamentos antecipados de tributos federais da Companhia.

### ***Passivo e Patrimônio Líquido***

*Passivo não circulante.* Em 31 de dezembro de 2015, assim como em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não apresentava nenhum saldo no passivo não circulante. Isso se deve ao fato da Companhia não mais possuir parcelas ou obrigações a pagar no prazo superior a um ano.

*Obrigações tributárias.* Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de obrigações tributárias era de R\$3 milhões, apresentando uma queda de 83% quando comparado com o período anterior. Tal variação é decorrente da mudança de regime de apuração de impostos utilizado em 2015 (lucro presumido) por sua subsidiária integral, Tarpon Gestora de Recursos S.A. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de obrigações tributárias era de R\$17,4 milhões, apresentando uma queda de 4% quando comparado com o período anterior. Tal diminuição é justificada pela diminuição nos impostos federais devidos pela Companhia, em especial pela subsidiária no exterior. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de obrigações tributárias era de R\$18,1 milhões, apresentando uma queda de 37%

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

quando comparado com o período anterior. Tal diminuição é justificada substancialmente pela diminuição nos impostos federais devidos pela Companhia.

*Outras obrigações.* Em 31 de dezembro de 2015, a conta totalizou R\$ 2 milhões, um crescimento de 13%, ocasionado pelo aumento das obrigações trabalhistas no exercício. Em 31 de dezembro de 2014, a conta totalizou R\$ 1,7 milhões, uma queda de 19%, ocasionado pela redução das obrigações trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2013, a conta totalizou R\$ 2,1 milhões, uma queda de 91% quando comparado ao mesmo período de 2012, ocasionado pelo provisionamento dos dividendos em conta patrimonial conforme I CPC 08.

*Capital social.* Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$7 milhões, um aumento de 0,4% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social<sup>1</sup> foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”). Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia era de R\$7 milhões, um aumento de 5,7% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social<sup>2</sup> foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia era de R\$6,6 milhões, um aumento de 6% quando comparado ao ano anterior. Os aumentos de capital social foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano.

*Reserva de capital.* Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$ 986 mil, uma diminuição de 83% quando comparado ao ano anterior. Essa variação foi decorrente, principalmente da utilização de tal reserva para o cancelamento de ações mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$5,9 milhões, uma queda de 8% quando comparado ao ano anterior. Tal redução foi motivada pelo cancelamento de ações em tesouraria, apesar do exercício de opções. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$6,4 milhões, um aumento expressivo quando comparado ao período anterior que era zero. Tal acumulação de reserva é derivada dos aumentos de capital social realizados ao longo do ano pela Companhia, conforme descrito no parágrafo anterior.

*Lucros acumulados.* A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

*Participação minoritária.* Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2014 e 2013), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

---

<sup>1</sup> Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 4 de março de 2015 e 9 de novembro de 2015.

<sup>2</sup> Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2014 e 25 de Julho de 2014.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2. Comentários dos Diretores sobre:

**a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;**

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

*Receitas.* Em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 75,2 milhões um aumento de 3,1% quando comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao bom desempenho dos fundos de investimentos geridos pela Companhia, que acarretou no aumento da coleta de taxa de administração no período. Em 31 de dezembro de 2014, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$73 milhões, uma queda de 44% quando comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve a performance de desempenho dos fundos, que culminou em uma menor coleta de receita relacionada à taxa de performance. Em 31 de dezembro de 2013, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$129,6 milhões, um aumento de 34% comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao desempenho positivo dos fundos e consequentes receitas relacionadas à taxa de performance recebida pela Companhia em razão dos serviços de gestão prestados aos Fundos Tarpon.

*Despesas de pessoal.* Em 31 de dezembro de 2015, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 29,8 milhões, representando aumento de 5% quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior. Tal variação é decorrente do pagamento de remuneração variável do período e dissídio sobre a folha. Em 31 de dezembro de 2014, as despesas de pessoal totalizaram R\$28,3 milhões, representando aumento de 20% quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior. Tal aumento se deve, principalmente, a um maior pagamento de remuneração variável no período. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de pessoal totalizaram R\$23,5 milhões, representando aumento de 29% comparado com o exercício anterior, principalmente devido ao pagamento de remuneração variável superior ao do ano anterior.

*Despesas administrativas.* Em 31 de dezembro de 2015, as despesas administrativas totalizaram R\$ 11 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma queda de 6,7%, em função de economia com consultorias e serviços prestados por terceiros. Em 31 de dezembro de 2014, as despesas administrativas totalizaram R\$11,8 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se um aumento de 10%, justificado por um aumento nos gastos de serviços terceiros, como prestação de serviços jurídicos, serviços de consultoria e de informações online. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$10,7 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma queda de 26%, justificada pela redução das despesas de sistemas de gestão e consultorias técnicas.

*Outras despesas/receitas.* Em 31 de dezembro de 2015, o grupo outras despesas/receitas registrou um saldo de R\$ 511 mil, montante de despesas relacionadas a tributos municipais, tarifas bancárias e taxas de custódia. Em 31 de dezembro de 2014, o grupo outras despesas/receitas registrou um saldo negativo de R\$56 mil, montante inferior ao saldo registrado no ano anterior, justificado, principalmente, pelo reembolso de despesas referentes

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

aos fundos geridos pela Tarpon. Em 31 de dezembro de 2013, o grupo Outras despesas/receitas registrou um saldo negativo de R\$900 mil, inferior ao saldo registrado no ano anterior, justificado pela diminuição nas despesas com impostos da subsidiária integral TISA NY Inc.

*Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos.* Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo financeiro líquido totalizou R\$923 mil, prejuízo justificado pelo resultado negativo das operações com instrumentos financeiros e derivativos. Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo financeiro líquido totalizou R\$923 mil, prejuízo justificado pelo resultado negativo das operações com instrumentos financeiros e derivativos. Em 31 de dezembro de 2013, os lucros financeiros líquidos totalizaram R\$1,0 milhão. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se uma queda de 83%, justificado pela diminuição do montante de aplicações ao longo do exercício de 2013.

*Resultado das atividades operacionais.* Em 31 de dezembro de 2015, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 27 milhões, apresentando um aumento de 2,1% quando comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do melhor desempenho dos Fundos Tarpon em relação ao mesmo período findo em 2014, que culminaram receitas relacionadas às taxas de administração e economia de custos administrativos. Em 31 de dezembro de 2014, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$26,5 milhões, apresentando uma queda de 71% quando comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do desempenho dos Fundos Tarpon, que culminaram em menores receitas relacionadas às taxas de performance, em relação ao mesmo período de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$90,2 milhões, apresentando um aumento de 45% comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do desempenho positivo dos Fundos Tarpon e consequentes receitas relacionadas às taxas de performance auferidas pela Companhia.

*Despesas de impostos sobre o lucro.* Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 7,8 milhões, uma queda de 38% quando analisado o período de 2014. Tal redução foi ocasionada pela compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social relacionada ao imposto pago pela subsidiária TISA NY Inc.. Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$12,7 milhões, uma queda de 21% quando analisado o período de 2013. Tal redução foi ocasionada pelo menor resultado antes de aplicação de Imposto de Renda e Contribuição Social. Em 31 de dezembro de 2013, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$16,1 milhões, uma queda de 25%, dada em razão da redução das alíquotas aplicáveis no consolidado.

*Lucro líquido.* Em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 19 milhões, um aumento de 39% quando comparado com o ano anterior. Em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$13,8 milhões, uma queda de 81% quando comparado com o ano anterior. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$74 milhões, um aumento de 82% quando comparado com o ano anterior.

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e**

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

*Volume de ativos sob gestão.* Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2014 e 2013), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente às variações dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos mesmos. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

*Câmbio.* A maioria dos ativos sob gestão dos Fundos Tarpon está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão, bem como o desempenho / performance, são determinados em dólares, e convertidos com base na taxa de câmbio entre o dólar norte americano e o real em datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:**

##### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

##### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação relevante pela Companhia.

##### **c) eventos ou operações não usuais.**

Não ocorreram durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **10.4. Comentários dos Diretores sobre:**

#### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis;**

#### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e**

Durante os três últimos exercícios sociais (2013, 2014 e 2015), as demonstrações contábeis individuais da Tarpon Investimentos S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante os três últimos exercícios sociais (2013, 2014 e 2015), não houve diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram e são apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

#### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2014 e 2015 não houve ressalva ou ênfase.

Nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2013, os auditores fizeram a seguinte ênfase: *“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tarpon Investimentos S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).**

As demonstrações financeiras individuais da Tarpon Investimentos S.A. são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

### **Receitas**

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos Fundos Tarpon supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

### **Instrumentos financeiros**

#### ***Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado***

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados por aplicações da Companhia em certificados de depósito bancário e em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

interbancário - DI informado pelo Banco emissor do CDB e da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não. Os derivativos são contabilizadas pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro e depósitos à vista empregados na administração do capital de giro da Companhia.

### **Redução ao valor recuperável**

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

### **Investimentos em controladas e subsidiária no exterior**

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são demonstrados pelo custo e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais.

### **Ativo imobilizado**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

### **Ativo Intangível**

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores**

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

### Provisões

Uma provisão é reconhecida caso, em razão de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

### Plano de opções de compra de ações

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

### Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

No exercício de 2015, a Tarpon Investimentos S.A. utilizou como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Os valores recolhidos a título de antecipação de imposto de renda e contribuição social estão sendo contabilizados no ativo como impostos a recuperar

Cabe destacar que a Companhia adotou, até o fim do exercício de 2014, o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme facultado pela Lei no. 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei no. 11.638/07 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto de convergência para as IFRS.

Para as empresas com regime de tributação lucro real, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros, deduzidas as despesas creditáveis.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos brasileiros e gestão de fundos e carteiras estrangeiros, é de 2%.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes do imposto a compensar sobre lucros auferidos no exterior, foram constituídos considerando a expectativa de provável realização.

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

### **Outros ativos e passivos**

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

### **Recebíveis**

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

### **Divulgações financeiras por segmento**

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

### **Resultado abrangente**

Resultante do lucro líquido dos exercícios correntes, da variação cambial resultante da consolidação das subsidiárias no exterior e ajuste de avaliação patrimonial.

### **Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### **Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não tem itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos três últimos exercícios sociais.

## **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável.

A Companhia não tem itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos três últimos exercícios sociais.

## **10.8 - Plano de Negócios**

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo: i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii. fontes de financiamento dos investimentos; iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;**

Não há planos para investimentos ou desinvestimentos relevantes.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há planos de aquisição de qualquer ativo que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

**c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

A Companhia tem o plano de dar continuidade na sua estratégia de oferecer gestão de fundos de portfolio e fundos de co-investimento aos seus clientes.

**10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

A Companhia não divulga projeções e estimativas por ser uma ação facultativa nos termos do art. 20 da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento são regulados pelo Estatuto Social da Companhia, pela Lei das S.A. e pela regulamentação aplicável.

Compete ao **Conselho de Administração**, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (iv) fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (v) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (vi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembleia Geral;
- (vii) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (viii) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social;
- (ix) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (x) deliberar acerca da convocação da Assembleia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente;
- (xi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (xii) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral;
- (xiii) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade para a Companhia e suas subsidiárias em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (xiv) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia e suas subsidiárias;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xv) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia ou suas subsidiárias que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xvi) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia ou suas subsidiárias em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;

(xvii) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;

(xviii) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão pela Companhias e suas subsidiárias de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

(xix) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;

(xx) estabelecer o valor da participação nos lucros dos Administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;

(xxi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;

(xxii) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xxiii) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, nos termos do Capítulo X, Seção I e Seção II deste Estatuto Social.

(xxiv) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xxv) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;

(xxvi) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xxvii) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;

(xxviii) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;

(xxix) deliberar pela contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de novos Administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(xxx) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, Administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxi) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;

(xxxii) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e

(xxxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

A **diretoria** é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Compete à diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

(i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (iv) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (v) abrir e movimentar contas bancárias;
- (vi) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (vii) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito;
- (viii) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ix) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (x) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (xi) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

A Companhia conta ainda com dois comitês de assessoramento:

O **Comitê de Auditoria e Compliance** exerce funções consultivas, em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria e *Compliance*, o comitê observa todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Instrução CVM n.º 509, de 16 de novembro de 2011, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos.

O **Comitê de Remuneração e Participação** exerce as funções de (i) auxiliar o Conselho de Administração a estabelecer os planos, políticas e programas de remuneração destinados aos Administradores e empregados da Companhia; e (ii) aprovar a remuneração e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para Administradores e empregados da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, sendo que suas recomendações têm caráter não vinculante.

### **b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês**

O Conselho Fiscal da Companhia está instalado na Companhia desde a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 7 de março de 2016

Tanto o Comitê de Auditoria e *Compliance*, quanto o Comitê de Remuneração foram criados em 4 de maio de 2009.

## **12.1 - Descrição da estrutura administrativa**

### **c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão**

O Conselho de Administração e os Comitês de assessoramento não tem um mecanismo de avaliação de desempenho.

Os membros da Diretoria, no entanto, passam anualmente por um processo de avaliação quantitativa e qualitativa, com o intuito de aferir o desempenho de cada um de seus membros.

### **d) Atribuições e poderes individuais dos membros da diretoria**

Além de outras competências que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete (i) ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da diretoria, orientar e coordenar a atuação da diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

### **e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria**

Atualmente, não há mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### a) Prazo de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com 15 dias de antecedência, no mínimo, em primeira convocação e, se necessário, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações.

### b) Competências

Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e no Estatuto Social, competirá privativamente à assembleia geral:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) reformar o Estatuto Social;
- (iii) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (v) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (vi) eleger e destituir os membros do conselho fiscal, se instalado;
- (vii) eleger o liquidante, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (viii) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do conselho fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (ix) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (x) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (xi) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xii) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
- (xiii) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X do Estatuto Social;

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (xiv) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia,
- (xv) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (xvi) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (xvii) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (xviii) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (xix) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (xx) alterar a política de dividendos;
- (xxi) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (xxii) reduzir o dividendo obrigatório;
- (xxiii) alterar o objeto social da Companhia; e
- (xxiv) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

### **c) Endereços nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Endereço físico: sede da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Endereços eletrônicos: [www.tarpon.com.br](http://www.tarpon.com.br); [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br); [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

### **d) Identificação e administração de conflitos de interesses**

É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para os acionistas.

### **e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia e sua administração não solicitaram e não tem por política solicitar procurações para o exercício do direito de voto.

### **f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas**

Para que possa participar da assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos:

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da assembleia geral.

A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

### **g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

### **h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

### **i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

A Companhia ainda não formalizou procedimento para receber boletim de voto a distância. Assim que tal processo for formalizado, o mercado será devidamente informado.

### **j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

### **k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Todas as informações sobre a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância já consta deste item 12.2

## **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

**a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas 11 reuniões do conselho de administração. Sendo 4 reuniões ordinárias e 7 reuniões extraordinária.

**b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.**

Não existe acordo de acionista que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

## **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Tadao Amoroso Suguita 312.734.478-32	26/11/1982 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2017 03/01/2017	RCA após AGO de 2017 Sim	1 0.00%
-					
Marcelo Guimarães Lopo Lima 132.483.688-10	27/02/1974 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Sim	3 100.00%
-					
Fabio Hering 006.283.238-75	17/03/1959 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/03/2015 12/03/2015	AGO de 2017 Sim	3 100.00%
Membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação					
Fernando Shayer 066.182.178-14	19/08/1973 Advogado e Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	12/03/2015 12/03/2015	AGO de 2017 Sim	4 100.00%
-					
Horácio Lafer Piva 038.613.618-17	30/05/1957 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/03/2015 12/03/2015	AGO de 2017 Sim	0 0.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração e Participação					
José Carlos Reis de Magalhães Neto 286.951.128-02	21/01/1978 Administrador de Empresas	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	12/03/2015 12/03/2015	AGO de 2017 Sim	4 100.00%
José Carlos é Presidente Interino do Conselho de Administração da Companhia, Presidente do Comitê de Remuneração e Participação. José Carlos tomou posse como Diretor Presidente em 21 de outubro de 2016, com mandato até a RCA que ocorrer após a AGO de 2017.					
Bruno Gebara Stephano 334.056.528-71	10/09/1984 Advogado	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Sim	1 100.00%
-					

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Alexandre Caliman Gomes 369.669.528-93	15/06/1988 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Sim	1 0.00%
-					
Pedro Henrique A. P. de Oliveira 729.717.037-20	10/08/1959 Engenheiro	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Sim	1 100.00%
-					
Jose Violi Filho 737.575.518-34	13/06/1952 Economista	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Sim	1 0.00%
-					
Marcello Joaquim Pacheco 112.459.108-76	15/11/1958 Advogado	Conselho Fiscal 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Não	1 100.00%
-					
Murici dos Santos 248.933.788-21	03/08/1975 Advogado	Conselho Fiscal 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/03/2016 07/03/2016	AGO de 2017 Não	1 0.00%
-					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Alexandre Tadao Amoroso Suguita - 312.734.478-32

Alexandre juntou-se à Tarpon em 2007 e é o sócio-diretor da Tarpon responsável pelo time de operações, jurídico e de tecnologia da informação. Alexandre atua ainda como membro do conselho de administração da Omega Energia Renovável S.A. e da Cremer S.A. Anteriormente, trabalhou no Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados nas áreas de direito bancário, societário e mercado de capitais. Alexandre é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Alexandre informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Guimarães Lopo Lima - 132.483.688-10

Marcelo juntou-se ao time da Tarpon em abril 2008. Atualmente, ele é sócio da Tarpon. Anteriormente, atuou como CEO da Acqua S.A, Vice-Presidente da divisão de investment banking do Itaú BBA, e foi também Vice-Presidente na Merrill Lynch, assessorando clientes em transações de M&A na América Latina. Marcelo iniciou sua carreira no JP Morgan, onde atuou como associado na área de investment banking nos escritórios de São Paulo e Nova York. Marcelo Lima graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Marcelo informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabio Hering - 006.283.238-75

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, e Diretor Presidente da Cia Hering desde 28 de abril de 2009. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Cia Hering e da Arezzo&CO e Diretor da Hering Overseas Ltd e Hering International SAFI. Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Fernando Shayer - 066.182.178-14

Fernando é responsável pela área de private equity e monitoramento de companhias investidas na Tarpon Gestora de Recursos S.A., sendo também diretor e membro do Comitê de Investimentos desta. Fernando é ainda presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A. e membro do comitê de cultura e organização da mesma empresa; é membro do conselho de administração da AGV Holding S.A.; Acqua S.A.; e presidente do conselho de administração da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Exerce função de conselheiro de administração nas empresas Omega Energia Renovável S.A., Companhia Acqua e Morena Rosa Group S.A.. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

Fernando Shayer informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A, e membro dos Conselhos de TCP – Terminal de Containers de Paranaguá S/A, Tarpon Investimentos S/A, Redecard S/A, BHG S/A e Grupo Martins. Presidente do Conselho da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente, membro dos Conselhos da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Osesp - Orquestra Sinfônica do estado de S. Paulo, da Abdim – Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Antonio Prudente/Hospital do Câncer. Também participa dos Conselhos Consultivos da Spread TI e Brasilpar Serviços Financeiros. Foi Presidente da FIESP/CIESP/SESI/SENAI - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no período de 1998 a 2004, do Sebrae de 1998 a 2000 e da Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos é o fundador e Presidente Interino do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A. Além disso, José Carlos atua como membro do conselho de administração, coordenador do comitê de estratégia, M&A e mercados e membro do comitê de pessoas, organização e cultura da BRF S.A.; é vice-presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A.; é membro do conselho de administração da Acqua S.A. e da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Bruno Gebara Stephano - 334.056.528-71

Bruno juntou-se ao departamento jurídico da Tarpon em junho de 2008 e trabalhou com estruturação de negócios, compliance e funções jurídicas diversas, até 2014 quando se juntou a BRF, onde é Gerente de M&A. Anteriormente, trabalhou com Mercado de Capitais e Direito Societário no Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Bruno é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo. Bruno informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Alexandre Caliman Gomes - 369.669.528-93

Alexandre se juntou a Tarpon em 2010 como um analista de investimentos e atualmente é Gerente de Finanças na BRF. Antes disso, ele já tinha trabalhado na Tarpon por um ano como estagiário. Ele também trabalhou na área de Investment Banking do Bank of America Merrill Lynch em São Paulo. Alexandre se formou Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo e estudou um semestre na Universidade do Texas em Austin. Alexandre informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Pedro Henrique A. P. de Oliveira - 729.717.037-20

Pedro Henrique A. P. de Oliveira é formado em Engenharia Civil pela PUC-RJ, com MBA em Finanças pela KUL-Bélgica (Vlerick Management School). Desenvolveu uma diversificada experiência em finanças corporativas, tendo trabalhado por mais de oito anos no JP Morgan, ocupando posições no Brasil e nos EUA. Em seguida assumiu posições de diretoria na Enron (fusões e aquisições) e em um start up de internet. Executou a fusão de duas empresas da adquiridas pela Clear Channel no Brasil, atuando como seu representante legal no Brasil. Trabalhou por quatro anos na Merrill Lynch, gerenciando um grupo voltado para pequenas e médias empresas. Nos últimos dez anos atua como sócio administrador da Porto BSB Engenharia Ltda. construtora e incorporadora imobiliária em Brasília-DF e participou como gestor de fundos imobiliários da GAP Asset Management. Pedro Henrique atuou como membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Odebrecht Agroindustrial, Comgas S/A, CELESC e Minerva Foods S/A. Pedro informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Jose Violi Filho - 737.575.518-34

Executivo do Grupo Semco há mais de 30 anos. Durante este período, teve diferentes responsabilidades no departamento financeiro da empresa. Foi CEO e CFO do Grupo Semco e atualmente é membro do conselho nas joint ventures da Semco Partners. José informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Marcello Joaquim Pacheco - 112.459.108-76

Marcello Joaquim Pacheco, 47 anos, Advogado – Bacharel em Direito pela Universidade São Francisco – USF 1995. Possui especializações em Direito Societário pela FGV 2008/2009, Administração Financeira FGV 2010 e Controladoria FGV 2011. Diretor-Executivo da Marpache Serviços Especializados em Administração desde 2009. Assessor jurídico da Solução Governança Corporativa Consultoria Ltda. (2007/2009). Foi secretário do Conselho Fiscal da M&G Poliéster S.A. (2007/2009) e Anhanguera Educacional S.A (2009). Associado ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Atuou nos últimos anos na função de conselheiro Fiscal nas Companhias Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., Banco Pine S.A, entre outras. Atualmente o Sr. Marcello Joaquim Pacheco é conselheiro fiscal titular nas Companhias: Guararapes Confecções S.A, Rossi Residencial S.A , CEB – Companhia Energética de Brasília S.A, e Trinfo Participações e Investimentos S.A. Marcello informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Murici dos Santos - 248.933.788-21

Murici dos Santos, 40 anos, Advogado, Bacharel em Direito (2007) e História (2002) pela Universidade de Guarulhos. Possui especialização em Direito Societário pela FGV (2013/2014) e atualização em Direito Ambiental pela ESA-OAB. Trabalha desde 2001 como consultor em Governança Corporativa, na prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas administrativa, financeira, societária, tributária e atuação em Conselho de Administração e Fiscais, atuando nos últimos anos como conselheiro fiscal titular e suplente nas companhias: Tafibrás Participações S.A., Companhia Paranaense de Energia S.A, do Banco Nossa Caixa S.A.; Drogasil S.A.; Bicycletas Monark S.A.; M&G Poliéster S.A.; Santos Brasil S.A.; Medial Saúde S.A.; e AES Tietê S.A., entre outras. Atualmente o Sr. Murici dos Santos é Conselheiro Fiscal suplente da Triunfo Participações e Investimentos S.A., Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., Rossi Residencial S.A, Guararapes Confecções S.A., Conselheiro Fiscal titular da Têxtil Renauxview S.A e Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação (2015/2016). Murici informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Fabio Hering	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	06/05/2015	RCA após AGO 2016	100.00%
006.283.238-75			17/03/1959	06/05/2015	3	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.						
Horácio Lafer Piva	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	06/05/2015	RCA após AGO 2016	100.00%
038.613.618-17			30/05/1957	06/05/2015	3	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Remuneração e Participação.						
Walter Iorio	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Contador	06/05/2015	RCA após AGO 2016	100.00%
051.364.908-53			31/05/1943	06/05/2015	3	
Fabio Hering	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	06/05/2015	RCA após AGO 2016	100.00%
006.283.238-75			17/03/1959	06/05/2015	3	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance						
Horácio Lafer Piva	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	06/05/2015	RCA após AGO 2016	100.00%
038.613.618-17			30/05/1957	06/05/2015	3	
Membro Independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Compliance						
José Carlos Reis de Magalhães Neto	Comitê de Remuneração	Presidente do Comitê	Administrador de Empresas	06/05/2015	RCA após AGO 2016	0.00%
286.951.128-02			21/01/1978	06/05/2015	0	
José Carlos é Diretor sem designação específica, e Presidente do Conselho de Administração						
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>						
Fabio Hering - 006.283.238-75						
Fabio Hering - 006.283.238-75						

Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, e Diretor Presidente da Cia Hering desde 28 de abril de 2009. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e oito anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores. Atualmente é também membro do Conselho de Administração da Cia Hering e da Arezzo&CO e Diretor da Hering Overseas Ltd e Hering International SAFI. Fabio Hering informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

---

Horácio Lafer Piva - 038.613.618-17

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A, e membro dos Conselhos de TCP – Terminal de Containers de Paranaguá S/A, Tarpon Investimentos S/A, Redecard S/A, BHG S/A e Grupo Martins. Presidente do Conselho da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente, membro dos Conselhos da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Osesp - Orquestra Sinfônica do estado de S. Paulo, da Abdim – Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Antonio Prudente/Hospital do Câncer. Também participa dos Conselhos Consultivos da Spread TI e Brasilpar Serviços Financeiros. Foi Presidente da FIESP/CIESP/SESI/SENAI - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no período de 1998 a 2004, do Sebrae de 1998 a 2000 e da Bracelipa – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Horácio Lafer Piva informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Walter Iorio - 051.364.908-53

Walter Iorio é ex-sócio da KPMG Brasil, onde foi responsável por auditorias de instituições financeiras, seguradoras e entidades de previdência privada. Formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Álvares Penteado. (1969). É membro do Grupo de Trabalho de especialistas em instituições financeiras do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Neste grupo, participa da elaboração de orientações sobre procedimentos contábeis e de auditoria, em conjunto com o Banco Central do Brasil. Foi eleito, para a gestão 2006/2009 e reeleito para as gestões 2010/2013 e 2014/2017, membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP), sendo coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional de 2012 a 2013. Foi membro do Comitê de Auditoria da Sul América S.A. (companhia aberta, holding do Grupo Sul América de Seguros, com atuação principalmente nos ramos de automóvel, saúde, pessoas e previdência privada), de 2007 a 2014. Foi presidente do Comitê de Auditoria da HDI Seguros S/A. (com atuação predominante no seguro de veículos; subsidiária da Talanx International AG, Hannover, Alemanha) de março de 2010 a março de 2015. Walter Iorio informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

José Carlos Reis de Magalhães Neto - 286.951.128-02

José Carlos é o fundador e Presidente do Conselho de Administração e diretor sem designação específica da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A. Além disso, José Carlos atua como membro do conselho de administração, coordenador do comitê de estratégia, M&A e mercados e membro do comitê de pessoas, organização e cultura da BRF S.A.; é vice-presidente do conselho de administração da Abril Educação S.A.; é membro do conselho de administração da Acqua S.A. e da Omega Energia Renovável S.A. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

José Carlos Reis de Magalhães Neto informou à Companhia que durante os últimos 5 anos não sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2015</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
José Carlos Reis de Magalhães Neto Presidente do Conselho de Administração e Diretor	286.951.128-02	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A. Diretor de Investimentos	14.841.301/0001-52		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Miguel Gomes Ferreira Membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	283.617.668-71	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A. Diretor Presidente	14.841.301/0001-52		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Alexandre Tadao Amoroso Suguita Diretor de Relações com Investidores	312.734.478-32	Subordinação	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A. Administrador	14.841.301/0001-52		
<b><u>Observação</u></b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2014**Administrador do Emissor

José Carlos Reis de Magalhães Neto  
Presidente do Conselho de Administração e Diretor

286.951.128-02

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.  
Administrador

14.841.301/0001-52

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fernando Shayer  
Membro do Conselho de Administração

066.182.178-14

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.  
Administrador

14.841.301/0001-52

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Miguel Gomes Ferreira  
Membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

283.617.668-71

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Tarpon Gestora de Recursos S.A.  
Administrador

14.841.301/0001-52

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Alexandre Caliman Gomes Membro suplente do Conselho de administração	369.669.528-93	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Tarpon Gestora de Recursos S.A. Funcionário	14.841.301/0001-52		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Alexandre Tadao Amoroso Suguita Diretor de Relações com Investidores	312.734.478-32	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Tarpon Gestora de Recursos S.A. Funcionário	14.841.301/0001-52		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Exercício Social 31/12/2013</b>			
<b>Administrador do Emissor</b> José Carlos Reis de Magalhães Neto Presidente do Conselho de Administração e Diretor	286.951.128-02	Subordinação	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Tarpon Gestora de Recursos S.A. Administrador	14.841.301/0001-52		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Fernando Shayer	066.182.178-14	Subordinação	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		
Administrador			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Miguel Gomes Ferreira	283.617.668-71	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		
Administrador			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Bruno Gebara Stephano	334.056.528-71	Subordinação	Controlada Direta
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		
Funcionário			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Alexandre Caliman Gomes	369.669.528-93	Subordinação	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho Fiscal			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Funcionário			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Alexandre Tadao Amoroso Suguita	312.734.478-32	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Relação com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	14.841.301/0001-52		
Funcionário			
<u>Observação</u>			
-----			

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê a cobertura de no limite de até US\$ 50 milhões.

A Companhia mantém termos de compromisso pelos quais se compromete a isentar e manter seus administradores indenados contra perdas, danos, prejuízos e despesas, potenciais ou efetivos, derivadas direta ou indiretamente de ato, ação ou omissão do administrador no exercício de suas atribuições na Companhia, suas subsidiárias e Fundos sob sua gestão.

A Companhia não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais, movidos contra administradores da Companhia em decorrência do exercício de suas funções.

## 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia segue tem suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa e é signatário do regulamento de listagem relacionado a tal segmento. Entre as estruturas de governança e direitos garantidos aos acionistas, em adição aos já garantidos por lei e pela regulação vigente, a Companhia apresenta:

- O capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
- No caso de venda do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (tag along de 100%);
- Em caso de deslistagem ou cancelamento do contrato com a BM&FBOVESPA, a Companhia deverá fazer oferta pública de aquisição, para recomprar as ações de todos os acionistas pelo valor econômico, no mínimo;
- O conselho de administração deve ser composto por pelo menos cinco membros, sendo 20% dos conselheiros independentes, com mandato máximo de dois anos;
- A empresa também se compromete a manter, no mínimo, 25% das ações em circulação (free float);
- Divulgação de dados financeiros mais completos, incluindo relatórios trimestrais com demonstração de fluxo de caixa e relatórios consolidados revisados por um auditor independente;
- A empresa deve disponibilizar relatórios financeiros anuais em um padrão internacionalmente aceito;
- Necessária divulgação mensal das negociações com valores mobiliários da empresa pelos diretores, executivos e acionistas controladores.

Ainda, em razão de sua atividade de gestão de recursos de terceiros, a Companhia é também signatárias dos seguintes códigos vinculados à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais:

- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento;
- Código ABVCAP / ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE; e
- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

Tais códigos estabelecem certas práticas de controle e divulgação de informação das atividades da Companhia à ANBIMA e também aos cotistas dos fundos de investimento geridos pela Companhia.

**12.13 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 12 deste Formulário de Referência.

As informações relativas à divulgação de cargos ocupados pelos membros do conselho de administração, exigidas nos termos do item 4.5. do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, estão devidamente informadas nos itens 12.6/8 deste Formulário de Referência.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

#### **a) Objetivos da política ou prática de remuneração**

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

#### **b) Composição da remuneração**

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso), baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos e vice-presidentes.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus à remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2016:

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	12,3%
Gratificação ou PLR	87,7%
Total	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e**

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A remuneração global aprovada na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 12 de março de 2015 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	312.000,00	2.088.000,00	313.200,00	2.713.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	16.786.800,00	0,00	16.786.800,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.000,00</b>	<b>18.874.800,00</b>	<b>313.200,00</b>	<b>19.500.000,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,91	2,00		7,91
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.746.872,60		2.058.872,60
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.225.616,59		2.225.616,59
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.000,00</b>	<b>3.972.489,19</b>		<b>4.284.489,19</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.531.510,60		1.843.510,60
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.236.538,50		2.236.538,50
Participação de resultados	0,00	368.500,00		368.500,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.			
<b>Total da remuneração</b>	312.000,00	4.136.549,10		4.448.549,10

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83	2,33		8,16
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	312.000,00	1.186.902,00		1.498.902,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	312.000,00	1.186.902,00		1.498.902,00

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### Remuneração Prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados. O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2016, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7	2	9
Bônus	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 17.100.000,00	R\$ 17.100.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

#### 2015

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2015, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
----------------------------------	------------------------------	--------------

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Número de membros	5,91 <sup>12</sup>	2	7,91
Bônus	0	R\$ 2.225.616,59	R\$ 2.225.616,59
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 2.225.616,59	R\$ 2.225.616,59
Participação no resultado	0	R\$ 0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	0

#### 2014

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2014, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	5 <sup>3</sup>	3	8
Bônus	0	R\$ 2.236.538,50	R\$ 2.236.538,50
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00

<sup>1</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

<sup>2</sup> O referido número fracionário é resultado da eleição do Sr. Philip Vincent Reade como conselheiro de administração em fevereiro de 2015.

<sup>3</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 2.236.538,50	R\$ 2.236.538,50
Participação no resultado	0	R\$ 368.500,00	R\$ 368.500,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0	0
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	R\$ 368.500,00	R\$ 368.500,00

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

#### 2013

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2013, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	5,83 <sup>4</sup>	2,33 <sup>5</sup>	8,16
Bônus	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	0
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	0

<sup>4</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros. O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Rodrigo Reghini Vieira ao Conselho de Administração em novembro de 2013.

<sup>5</sup> O referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr. Pedro de Andrade Faria e eleição dos Sr. Eduardo Mufarej e Caroline Miranda Ebel para os cargos de Diretor Presidente e Diretora de Relação com Investidores, respectivamente, em agosto de 2013.

### **13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

#### **a) Termos e condições gerais**

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

O Plano não tem caráter remuneratório, consistindo em mecanismo de alinhamento de longo prazo para os executivos da Companhia.

#### **b) Principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados às subsidiárias da Companhia e às companhias investidas pelos Fundos), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

#### **c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a maximizar os resultados da Companhia.

#### **d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

#### **e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

#### **f) Número máximo de ações abrangidas**

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

#### **g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

#### **h) Condições de aquisição de ações**

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

#### **i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

#### **j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

#### **k) Forma de liquidação**

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

#### **l) Restrições à transferência de ações**

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

#### **m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

#### **n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

**13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2015.

<b>Órgão</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Opções de Ações</b>
Conselho de Administração	965.735	322.890
Diretoria	19.617.683 <sup>1</sup>	97.444 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Os membros da Diretoria que também são membros do conselho de administração estão incluídos na Diretoria.

<sup>2</sup> Os membros da Diretoria que também são membros do conselho de administração estão incluídos na Diretoria

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

#### **Remuneração baseada em ações**

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorgada qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de diretores ou conselheiros da Companhia.

### 13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

#### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015<sup>1</sup>

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	2	2
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	9,330	36,634
Data que se tornarão exercíveis		2016/2017
Prazo máximo para exercício das opções	5 anos	5 anos
Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	7.492	7.02
<b>Opções Exercíveis</b>		
Quantidade	313,560	60,810
Prazo máximo para exercício das opções	2016	2019/2020
Prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	4.16	4.94
Valor justo no último exercício social		
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		

<sup>1</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015<sup>1</sup>**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	2
<b>Opções exercidas</b>	N/A	N/A
Número de ações		
Preço médio ponderado de exercício		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues		
Preço médio ponderado de aquisição		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2014<sup>2</sup>**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	-	2
<b>Opções exercidas</b>	N/A	N/A
Número de ações		
Preço médio ponderado de exercício		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues		
Preço médio ponderado de aquisição		
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2013<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

<sup>2</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

<sup>3</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº de membros</b>	N/A	3
<b>Opções exercidas</b>		<b>86.384</b>
Número de ações		86.384
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,95
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 11,95
<b>Ações entregues</b>		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas		N/A

### **13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

#### **Modelo de Precificação**

A avaliação do Plano apresentada neste item foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

**a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

#### **Outorga de 10 de março de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 30 de novembro de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de fevereiro de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de agosto de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 8 de agosto de 2011:**

### **13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 8 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 20 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 10 de outubro de 2013:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 19,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,44; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,58 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,78%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 12 de março de 2015:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 26,70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 10,59; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$7,91 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 12,54%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão****c) Forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

**d) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo**

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

#### **13.10**

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
<b>Nº de membros</b>	2,00	3,00	2,33	5,91	5,00	5,83	0,00	0,00	0,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	1.872.446,44	639.323,00	492.000,00	156.000,00	156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	1.726.054,55	255.829,20	74.750,00	156.000,00	156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	1.799.250,50	510.503,53	296.725,50	156.000,00	156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00

**Observação****Diretoria Estatutária**

**31/12/2013** A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2013

**Conselho de Administração**

**31/12/2013** Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração. Foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.

**Conselho Fiscal**

## **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

### **13.12**

A Companhia não adota mecanismo de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição de seus cargos ou aposentadoria.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

**Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

<b>Órgão</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	94%	85%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

**Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas**

<u>Órgão</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conselho de	R\$	R\$2.067.432,80	R\$6.352.320,99
Administração	3.230.468,70		
Diretoria		N/A	N/A
Estatutária			
Conselho		N/A	N/A
Fiscal			

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Conforme indicado no item 13.1(f) deste Formulário de Referência, durante o exercício de 2015, 2014 e de 2013, a remuneração dos membros da Diretoria foi inteiramente arcada pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Emissora responsável pela atividade de gestão de recursos, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores ou funcionários de referida subsidiária operacional da Companhia.

**13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 13 deste documento.

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****a) Número de empregados****2015**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil ( <i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i> )	Analista de Investimentos	7	26
	Desenvolvimento de Negócios	3	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	7	
	Controle Operacional (back office)	6	
	Diversas (estágio/Trainee)	1	
Nova Iorque, NY, EUA ( <i>TISA NY Inc.</i> )	Analista de Investimentos	2	4
	Desenvolvimento de Negócios	1	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio/Trainee)	0	

**2014**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil ( <i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i> )	Analista de Investimentos	10	30
	Desenvolvimento de Negócios	4	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	7	
	Controle Operacional (back office)	5	
	Diversas (estágio/Trainee)	2	
Nova Iorque, NY, EUA ( <i>TISA NY Inc.</i> )	Analista de Investimentos	3	5
	Desenvolvimento de Negócios	1	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/	1	

**14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Financeiro		
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio/Trainee)	0	

**2013**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil ( <i>Tarpon Gestora de Recursos S.A.</i> )	Analista de Investimentos	14	43
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	2	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	9	
	Controle Operacional (back office)	9	
	Diversas (estágio/Trainee)	7	
Nova Iorque, NY, EUA ( <i>TISA NY Inc.</i> )	Analista de Investimentos	3	7
	Desenvolvimento de Negócios	2	
	Jurídico	0	
	Controle Contábil/Administrativo/Financeiro	1	
	Controle Operacional (back office)	0	
	Diversas (estágio/Trainee)	1	

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****b) Número de terceirizados****2015**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0

**2014**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0

**2013**

<b>Localização geográfica</b>	<b>Atividade desempenhada</b>	<b>Quantidade de funcionários</b>	<b>Total de funcionários por escritório</b>
São Paulo, SP, Brasil	Limpeza	2	2
	Suporte TI	0	
Nova Iorque, NY, EUA	Limpeza	0	0

**c) Índice de rotatividade**

<b>Ano</b>	<b>Índice de rotatividade<sup>1</sup></b>
2015	43,08%
2014	46,07%
2013	43,70%

<sup>1</sup> A Companhia calcula o seu índice de rotatividade considerando a razão entre a média de novas contratações e desligamentos sobre a média de funcionários da Companhia entre um exercício social e outro.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 14.1.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

#### **a) Política de salários e remuneração variável**

A Companhia, na qualidade de holding, não possui funcionários registrados e suas atividades operacionais são desenvolvidas por meio de suas subsidiárias.

A Companhia (definição que inclui as suas subsidiárias, exceto se o contexto indicar diversamente), remunera seus funcionários por meio de salário mensal, benefícios e remuneração variável anual.

Política de salário:

O salário dos empregados é determinado segundo critérios de cargo, senioridade e nível de profissionalização.

Política de remuneração variável:

A Companhia possui um Programa de Participação nos Lucros e Resultados, segundo o qual os empregados podem receber, anualmente, participação nos lucros. Ocasionalmente, a Companhia pode atribuir gratificações a seus funcionários.

#### **b) Política de benefícios**

A Companhia está sujeita aos termos das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas com o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis.

Além do salário mensal, benefícios e remuneração variável, a Companhia concede aos seus funcionários os seguintes benefícios: vale refeição, vale transporte (ou estacionamento, conforme o caso), seguro de vida, e subsidia 50% do plano de saúde de seus funcionários.

#### **c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores**

##### **(i) Grupos de beneficiários**

O plano de opções não tem caráter remuneratório, apenas de alinhamento de longo prazo. Os beneficiários do plano de opções de compra de ações da Companhia são os administradores (com exceção dos conselheiros independentes) e empregados (incluindo aqueles vinculados a companhias que fazem parte da carteira de investimentos dos Fundos geridos pela Companhia), de acordo com a alocação que venha a ser determinada pelo conselho de administração.

##### **(ii) Condições para exercício**

O exercício das opções objeto do plano estará sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o beneficiário continue a atuar como administrador, ou funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias em cada tal data.

Em caso de término voluntário do vínculo do beneficiário com a Companhia (ou com suas subsidiárias), ou de término sem justa causa por parte da Companhia (ou de suas subsidiárias), tal beneficiário poderá exercer apenas aquela parte das opções exercíveis de que for titular, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não

### 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

Em caso de término do vínculo com a Companhia (ou suas subsidiárias) por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas ou não exercíveis estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do plano de opções de compra de ações.

#### (iii) Preços de exercício

O Preço de Exercício das opções será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos do item 5.4. do Plano.

#### (iv) Prazos de exercício

As opções objeto do plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- a. A primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 3 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;
- b. A segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 5,6% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009 e 20% em cada um dos 4 aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009; e
- c. As opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos 5 exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga.

Não obstante o disposto acima, no evento dos atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações a qualquer momento, dentre outras hipóteses, todas as opções outorgadas sob o plano tornar-se-ão imediatamente exercíveis.

Cada parcela das opções do plano expirará no quinto aniversário da respectiva Data de Vesting (inclusive opções exercíveis a partir da Data da Primeira Outorga).

#### (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Nos termos do Plano, podem ser emitidas Ações que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Os empregados da Companhia são representados por um sindicato no Estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Companhias de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Companhias de Serviços Contábeis. A Companhia entende que tem um bom relacionamento com o sindicato.

**14.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 14 deste documento.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Class D Series of GEF-PS,LP</b>						
12.255.503/0001-97	Americano-DF	Não	Não	03/06/2015		
Não						
3.597.200	8,150000%	0	0,000000%	3.597.200	8,150000%	
<b>Mangue Participações Ltda.</b>						
22.575.400/0001-68	Brasileira-SP	Não	Sim	05/11/2015		
Não						
28.109.251	63,720000%	0	0,000000%	28.109.251	63,720000%	
<b>OUTROS</b>						
12.408.675	28,130000%	0	0,000000%	12.408.675	28,130000%	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 02/08/2016</b>						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
<b>TOTAL</b>						
44.115.126	100,000000%	0	0,000000%	44.115.126	100,000000%	

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mangue Participações Ltda.</b>				<b>22.575.400/0001-68</b>		
<b>José Carlos Reis de Magalhães Neto</b>						
286.951.128-02	Brasileiro-SP	Não	Sim	28/02/2015		
Não						
19.624.239	69,210000	0	0,000000	19.624.239	69,210000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
8.730.390	30,790000	0	0,000000	8.730.390	30,790000	
TOTAL						
28.354.629	100,000000	0	0,000000	28.354.629	100,000000	

**15.3 - Distribuição de capital**

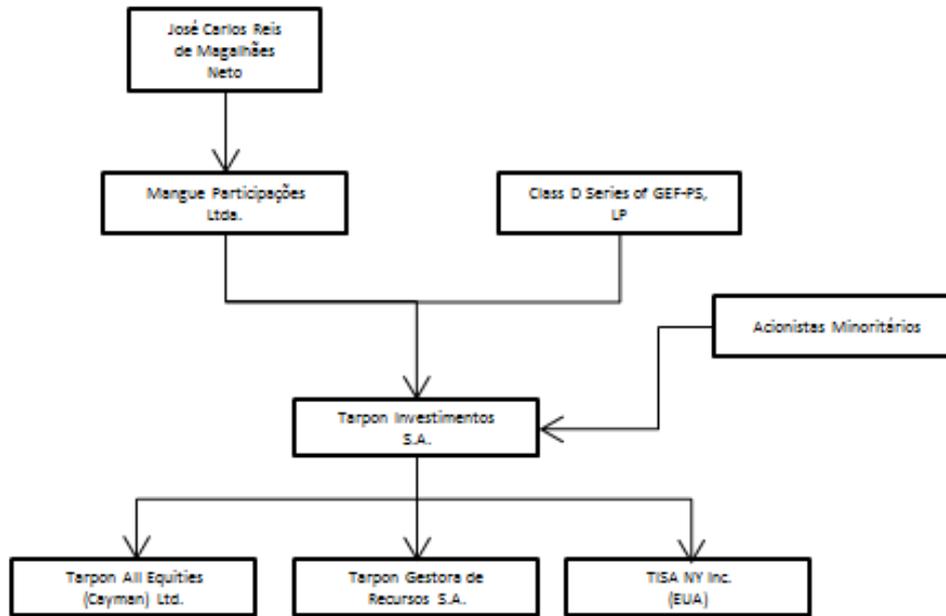
<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	07/03/2016
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	374
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	14
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	55

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	15.007.290	34,020000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	15.007.290	34,020000%

### 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Não aplicável.

Em 28 de fevereiro de 2015, com a assinatura dos atos societários relativos à reorganização societária interna da Silver King Participações Ltda. (“SK”), conforme divulgado no item 6.5. deste Formulário de Referência, o acordo de acionistas celebrado em 10 de julho de 2009 e posteriormente alterado entre José Carlos Reis de Magalhães Neto, Pedro de Andrade Faria, Eduardo Silveira Mufarej, Fernando Shayer, Marcelo Guimarães Lopo Lima, José Alexandre Carneiro Borges, Miguel Gomes Ferreira, Antonio Augusto Torres de Bastos Filho, Philip Vincent Reade, e Rodrigo Reghini Vieira, SK e Tarpon Investimentos S.A. como intervenientes anuentes, foi resiliado.

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Não houve qualquer alteração relevante nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor além da divulgada no item 15.7 deste Formulário de Referência.

## 15.7 - Principais operações societárias

Para fins deste item, o termo Companhia significará a própria Emissora, Tarpon Investimentos S.A.

### Reorganização da SK (fevereiro/2015)

#### a. Evento

Reorganização societária interna da Silver King Participações Ltda. (“SK”), aprovada por seus quotistas em 28 de fevereiro de 2015, envolvendo (i) a transformação da SK em sociedade por ações, (ii) a contribuição de ações de emissão da Companhia ao capital da SK e (iii) a subsequente cisão parcial da SK, com a constituição de uma nova sociedade de participações denominada Mangue Participações Ltda. (“Mangue Participações”).

#### b. Principais Condições do Negócio

Os atos societários estão pendentes de registro nos órgãos competentes.

#### c. Sociedades Envolvidas

Tarpon Investimentos S.A., Silver King Participações S.A., e Mangue Participações Ltda.

#### d. Efeitos Resultantes no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.

Em decorrência da referida reorganização societária, Mangue Participações passou a ser titular de 27.824.583 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 59,77% do capital social da Companhia na data deste evento, e SK passou a ser titular de 227.619 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 0,49% do capital social da Companhia na data do evento. Adicionalmente, determinados cotistas de Mangue Participações passaram a deter diretamente 1.021.594 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 2,19% do capital social da Companhia na data do evento.

#### e. Quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário antes da operação:

Acionista	Número de ações	% do Capital Social da Companhia*
Silver King Participações Ltda.	21.982.008	47,22%
Pessoas Vinculadas	6.966.864	14,96%
Outros	17.606.077	37,82%
Total	46.554.949	100,00%

Quadro societário depois da operação:

Acionista	Número de ações	% do Capital Social da Companhia*
Silver King Participações S.A.	227.619	0,49%
Mangue Participações Ltda	27.824.583	59,77%
Pessoas Vinculadas	1.021.594	2,19%

**15.7 - Principais operações societárias**

Outros	17.481.153	37,55%
Total	46.554.949	100,00%

\* Os percentuais descritos neste item fazem referência ao total de ações emitidas pela Companhia na data do evento descrito. Para informações sobre posição acionária atual da Companhia, favor verificar item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

**f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer alteração que resultasse em efeito econômico ou político que afetasse os acionistas minoritários

**15.8 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 15 deste documento.

**16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

Nos termos do Estatuto Social, é de competência do Conselho de Administração a aprovação de qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	08/02/2016	3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00	100	Prazo indeterminado, com pagamento em até 02 (dois) anos a partir da assinatura do contrato	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Sem garantias e seguros relacionados						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Mútuo						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Tarpon Gestora de Recursos S.A.	06/04/2015	6.000.000,00	6.000.000,00	100	Prazo indeterminado, com pagamento em até 01 (um) ano a partir da assinatura do contrato	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Sem garantias e seguros relacionados						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Mútuo						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Na aprovação de operações com partes relacionadas, deverão ser observados os preceitos da Lei das Sociedades por Ações. A Lei das Sociedades por Ações dispõe que nenhum acionista da Companhia poderá votar nas deliberações da assembléia geral que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia apresenta comitês de acompanhamento contínuo das suas atividades. É o caso do Comitê de Auditoria e Compliance, que abarca os termos da Instrução CVM Nº 509, de 16 de novembro de 2011, referente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e o Comitê de Remuneração e Participação para avaliar e autorizar os planos de remuneração dos administradores e funcionários.

**16.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 16 deste documento.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
02/08/2016	7.084.677,45		44.115.126	0	44.115.126

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/03/2010	Conselho de Administração	10/03/2010	176.432,20	Subscrição particular	32.763	0	32.763	4,40611000	5,40	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro.								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	1.494.935,46	Subscrição particular	488.541	0	488.541	3,57581000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
07/01/2011	Conselho de Administração	07/01/2011	10.893.103,88	Subscrição particular	4.064.077	0	4.064.077	26,05575000	2,68	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	3.467.706,48	Subscrição particular	1.376.074	0	1.376.074	6,39858000	2,52	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	1.178.418,24	Subscrição particular	385.104	0	385.104	2,17441000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	297.440,00	Subscrição particular	88.000	0	88.000	0,54883000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

<b>Data de deliberação</b>	<b>Orgão que deliberou o aumento</b>	<b>Data emissão</b>	<b>Valor total emissão (Reais)</b>	<b>Tipo de aumento</b>	<b>Ordinárias (Unidades)</b>	<b>Preferenciais (Unidades)</b>	<b>Total ações (Unidades)</b>	<b>Subscrição / Capital anterior</b>	<b>Preço emissão</b>	<b>Fator cotação</b>
04/07/2011	Conselho de Administração	04/07/2011	718.753,85	Subscrição particular	91.561	0	91.561	1,32624000	7,85	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Critérios fixados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em assembleia geral realizada em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado.								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	248.830,02	Subscrição particular	81.317	0	81.317	0,41571000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	1.010.673,72	Subscrição particular	401.061	0	401.061	1,68848000	2,52	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	20.280,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,03388000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	26.092,15	Subscrição particular	4.445	0	4.445	0,04359000	5,87	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	3.309.146,39	Subscrição particular	1.307.963	0	1.307.963	1,05633000	2,53	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	223.100,28	Subscrição particular	66.006	0	66.006	0,07122000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	443.199,79	Subscrição particular	77.891	0	77.891	0,14148000	5,69	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
31/07/2012	Conselho de Administração	31/07/2012	1.146.542,22	Subscrição particular	374.687	0	374.687	0,36599000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	173.807,90	Subscrição particular	31.430	0	31.430	0,27960000	5,53	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
28/01/2013	Conselho de Administração	28/01/2013	387.100,00	Subscrição particular	35.000	0	35.000	0,62272000	11,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
29/04/2013	Conselho de Administração	29/04/2013	15.890,78	Subscrição particular	15.000	0	15.000	0,25271000	10,59	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	63.540,00	Subscrição particular	6.000	0	6.000	0,09578000	10,59	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	578.617,95	Subscrição particular	112.353	0	112.353	0,87224000	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	182.520,00	Subscrição particular	54.000	0	54.000	0,27514000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	973.095,30	Subscrição particular	318.005	0	318.005	1,46690000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
29/07/2013	Conselho de Administração	29/07/2013	263.798,04	Subscrição particular	104.268	0	104.268	0,39766000	2,53	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	609.600,00	Subscrição particular	60.000	0	60.000	0,94000000	10,16	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/11/2013	Conselho de Administração	04/11/2013	656.760,00	Subscrição particular	78.000	0	78.000	1,01300000	8,42	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	348.365,82	Subscrição particular	137.694	0	137.694	0,29700000	2,53	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	93.024,00	Subscrição particular	30.400	0	30.400	0,06600000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	81.254,07	Subscrição particular	24.111	0	24.111	0,05200000	3,37	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
27/02/2014	Conselho de Administração	27/02/2014	916.762,50	Subscrição particular	186.750	0	186.750	0,40300000	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	74.250,00	Subscrição particular	22.000	0	22.000	0,04714000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	679.540,32	Subscrição particular	222.072	0	222.072	0,47586000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	235.799,01	Subscrição particular	45.764	0	45.764	0,09806000	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
25/07/2014	Conselho de Administração	25/07/2014	1.281.000,00	Subscrição particular	140.000	0	140.000	0,30000000	9,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	40.746,96	Subscrição particular	13.316	0	13.316	0,02860000	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	23.186,25	Subscrição particular	6.870	0	6.870	0,01480000	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
04/03/2015	Conselho de Administração	04/03/2015	24.536,21	Subscrição particular	4.762	0	4.762	0,01020000	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	33.746,63	Subscrição particular	9.999	0	9.999	0,02173701	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	149.917,14	Subscrição particular	29.096	0	29.096	0,06325232	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
09/11/2015	Conselho de Administração	09/11/2015	8.795,00	Subscrição particular	1.000	0	1.000	0,00217392	8,80	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	161.996,36	Subscrição particular	47.999	0	47.999	0,10425501	3,38	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	29.792,16	Subscrição particular	9.736	0	9.736	0,02114683	3,06	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								
07/03/2016	Conselho de Administração	07/03/2016	515.244,85	Subscrição particular	99.999	0	99.999	0,21720030	5,15	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		De acordo com critérios estabelecidos no Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia								
<b>Forma de integralização</b>		Dinheiro								

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Desde a abertura do capital da Companhia, não foi realizado desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até o momento, a Companhia não realizou redução de seu capital.

**17.5 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 17 deste Formulário de Referência.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	<p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia.</p> <p>Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderão retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No caso das ações da Companhia (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&amp;FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das ações, os acionistas não terão direito de retirada.</p>
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembléia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	Não aplicável.

---

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

O Estatuto Social da Emissora não apresenta regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O Estatuto Social da Emissora não apresenta exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.352.103	9,73	10,61	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.450.715	8,10	9,96	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.282.589	8,94	9,70	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.448.118	8,35	9,67	R\$ por Unidade	0,00

**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.782.876	13,69	12,11	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.529.395	12,16	12,92	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.242.123	12,27	13,67	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.049.036	10,45	12,88	R\$ por Unidade	0,00

**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.286.458	14,12	12,77	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.715.166	13,70	11,99	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.947.325	14,58	12,87	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.351.851	14,42	13,73	R\$ por Unidade	0,00

## **18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia só tem ações ordinárias emitidas.

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&FBOVESPA, sob o *ticker* [TRPN3], sendo listadas no segmento diferenciado de governança corporativa do *Novo Mercado*

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Nos três últimos exercícios sociais, não foram realizadas ofertas pública de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

**18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Nos três últimos exercícios sociais, o emissor não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Nos três últimos exercícios sociais, o emissor não realizou nenhuma oferta pública de aquisição relativa a ações de emissão de terceiro.

**18.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 18 deste Formulário de Referência.

**19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
<b>Outras caracter.</b>										
25/05/2016	25/05/2016 à 23/08/2016	14.390.587,38	Ordinária		400.000	2,460000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2015										
28/01/2013	28/01/2013 à 28/01/2014	3.052.000,00	Ordinária		1.870.045	10,000000	200.000	14,38	R\$ por Unidade	10,695000
O montante de reserva disponível refere-se à posição em 31 de dezembro de 2012.										
13/04/2012	13/04/2012 à 28/01/2013	32.623.000,00	Ordinária		1.953.786	10,000000	1.528.227	12,71	R\$ por Unidade	78,220000
O montante de reservas disponível indicado refere-se a posição em 31 de dezembro de 2011										

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria****Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	580.000	9,60
Quantidade alienada	580.000	9,60
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2014****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	542.100	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	542.100	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2013****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.528.200	
Quantidade adquirida	1.388.800	14,35
Quantidade alienada	0	0,00

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

<b>Quantidade cancelada</b>	2.374.900
<b>Quantidade final</b>	542.100
<hr/>	
<b>Relação valores mobiliários em circulação</b>	0,000000%

**19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Na relação “ações em tesouraria/ações em circulação”, descrita neste item 19, foi utilizada a data base de 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que aprovou a celebração de contratos de *swap* envolvendo a evolução das cotações das ações por ela emitidas, com objetivo diverso de proteção patrimonial (*hedge*). A Companhia entende que tais operações não envolvem riscos relevantes para o emissor ou seus acionistas.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

**Data aprovação**

17/11/2011

**Cargo e/ou função**

Acionistas controladores, diretos ou indiretos, membros do conselho de Administração, da diretoria e dos comitês estatutários e funcionários da Companhia e suas subsidiárias.

**Principais características e locais de consulta**

Esta Política de Negociação estabelece determinadas regras que deverão ser observados em qualquer negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados ("Valores Mobiliários") pela Companhia e suas subsidiárias ("Tarpon"), pelos seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, pelos membros do conselho de administração, da diretoria e dos comitês estatutários e pelos funcionários da Tarpon que aderirem a esta Política de Negociação ("Indivíduos Restritos").

**Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização**

1. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia.
  2. É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas seguintes hipóteses: (i) nas datas em que a Tarpon adquirir Valores Mobiliários, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, é vedado aos Indivíduos Restritos alienar valores Mobiliários; e (ii) nas datas em que a Companhia alienar Valores Mobiliários, é vedado aos Indivíduos Restritos adquirir Valores Mobiliários. A Companhia deverá informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas.
  3. É vedada a negociação com ações de emissão da Companhia pela Tarpon e pelos Indivíduos Restritos, salvo se forem realizadas por meio das seguintes sociedades corretoras: (i) Agora CTVM S.A., com sede na Praia de Botafogo 300, 6º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ; (ii) CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP; (iii) Itaú CV S/A, Rua Álvares Penteado, 218, São Paulo, SP; (iv) Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16º andar, São Paulo, SP; e (v) XP Investimentos CCTVM S/A., com sede na Avenida das Américas, 3434 - Bloco 07 - 2º andar - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22640-102. Esta vedação não se aplica aos conselheiros independentes da Companhia.
-

**20.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 20 deste Formulário de Referência.

**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

A Companhia possui, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Prevemos uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nesse caso, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

Todas as pessoas vinculadas (nossos acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que consideremos necessário ou conveniente) deverão assinar um Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de nos indenizar e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cumpre às pessoas vinculadas o dever de comunicar formalmente o Diretor de Relações com Investidores sobre qualquer ato ou fato que possa ser considerado relevante, para que este possa decidir sobre sua caracterização. Cumpre, ainda, à referidas pessoas vinculadas o dever de guardar sigilo das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral, por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida, desde que indique o endereço da internet em que a informação estará disponível, em teor idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

**21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 21 deste Formulário de Referência.